



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



ARMAZÉM de Dados. Estatísticas Municipais e Portal Geo. Disponível em: <<http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br>>. Acesso em junho de 2013.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br>>. Acessado em junho de 2013.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Portal Eletrônico. Brasília: disponível em <<http://www.mma.gov.br/>>. Consultado em junho de 2013.

BRASIL. PRESIDÊNCIA da República Federativa do Brasil. Legislação. Brasília: disponível em <<http://www.planalto.gov.br/>>. Consultado em junho de 2013.

Cadernos do Diálogo. Mosaicos Florestais Sustentáveis: monitoramento integrado da biodiversidade e diretrizes para restauração florestal. Volume 3, 2011.

CAJAZEIRAS C.C.A. Qualidade e Uso das Águas Subterrâneas e a Relação com Doenças de Veiculação Hídrica, Região de Crajubar/CE. Universidade Federal do Ceará, Departamento de Geologia, Fortaleza, Brasil, Tese de Doutorado, 2007, 131 pp.

CEDEFES. Portal eletrônico. Belo Horizonte. Disponível em: <<http://www.cedefes.org.br>>. Consultado em junho de 2013.

COARACY, Vivaldo. Memória da cidade do Rio de Janeiro, vol. 1. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1955. Em Português, 584 p.

COMPANHIA de Limpeza Urbana do Rio de Janeiro – COMLURB. Portal Eletrônico. Rio de Janeiro: disponível em <<http://comlurb.rio.rj.gov.br>>. Acessado em junho de 2013.

COPPETEC. Elaboração do plano estadual de recursos hídricos do Estado do Rio de Janeiro - Identificação das Unidades de Conservação e Áreas de Proteção de Mananciais. INEA, 2013. 64p.

DIEGUES, A. C. 1998. O mito moderno da natureza intocada, Editora HUCITEC, São Paulo, 169p.

ECOLOGUS & AGRAR. Plano Diretor de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica da Baía de Guanabara. Relatório de Diagnóstico Ambiental, 2003.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO – FUNAI. Brasília. Disponível em: <www.funai.gov.br>. Acessado em junho de 2013.

HEILBRON, M, VALERIANO, C.M., VALLADARES, C.S. & MACHADO, N. A orogênese brasileira no segmento central da faixa ribeira, Revista Brasileira de Geociências 25(4):249-266, 1995.

INEA. Baía de Sepetiba. Texto sobre qualidade da água da Baía de Sepetiba acessado em julho de 2013 no site do INEA: <http://www.inea.rj.gov.br/fma/baia-sepetiba.asp>

INEA. Faixa Marginal de Proteção. Série Gestão Ambiental 2. Instituto Estadual do Ambiente – Rio de Janeiro: 37p. 2010.

INEA. O Estado do Ambiente: Indicadores Ambientais do Rio de Janeiro. Bastos, J. & Napoleão, P. (orgs.). Rio de Janeiro: SEA, INEA. 160p. 2011.

INSTITUTO Brasileiro de Administração Municipal – IBAM / PREFEITURA da Cidade do Rio de Janeiro – PCRJ. Guia das Unidades de Conservação Ambiental do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: SMMA, 1998.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Síntese de Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em <<http://www.ibge.br>>. Acessado em junho de 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. CENSO 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em <www.ibge.gov.br> Acessado em junho de 2013.

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio. Livro Vermelho da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção. Brasília, DF: MMA e Fundação Biodiversitas, 2008.

INSTITUTO Estadual do Ambiente - INEA. A mata Atlântica no Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Disponível em: <<http://www.inea.rj.gov.br>>. Acesso em: junho de 2013.

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE – INEA. Legislação. Rio de Janeiro: Disponível em: <<http://www.inea.rj.gov.br>>. Acesso em: junho de 2013.
INSTITUTO Pereira Passos. Rio Atlas. Disponível em <<http://portalgeo.rio.rj.gov.br>>. Consultado em junho de 2013.

IPP. Indicadores Ambientais da Cidade do Rio de Janeiro. IPP, SMU, SMAC – Rio de Janeiro, 180p. 2005.

INSTITUTO POLIS. Projeto Moradia é Central. 2009. Disponível em <<http://polis.org.br/moradiacentral/>>. Acessado em maio de 2013.

JARDIM Botânico do Rio de Janeiro. Portal Eletrônico. Rio de Janeiro: JBRJ, 2002. Disponível em: <<http://www.jbrj.gov.br>>. Acesso em: junho de 2013.

MAIA, Patrícia Mendonça de Castro. Ladeira Sacopã, 250: um parque, um quilombo, um conflito sócio-ambiental na Lagoa Rodrigo de Freitas. Revista VITAS - Visões Transdisciplinares sobre Ambiente e Sociedade – www.uff.br/revistavitas. Nº 1, setembro de 2011.

MONTEZUMA, Rita e OLIVEIRA, Rogério. Os ecossistemas da Baixada de Jacarepaguá e o PEU das Vargens. Arqutextos – Revista Virtual. Ano 10, n. 10, jan, 2010. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br>>. Acessado em junho de 2013.

NASCIMENTO, D.T. Fatores determinantes da gestão ambiental municipal: um estudo inicial. IV Encontro Nacional da Anppas, Brasília, DF. 14p. 2008.

NUNES, M.R.; PHILIPPI, A. & FERNANDES, V. Gestão Ambiental Municipal: objetivos, instrumentos e agentes. Revista Brasileira de Ciências Ambientais – Nº 23, pp. 66-72, 2012.

OLIVEIRA, G. de C.; FILHO, E. I. F.; Metodologia para delimitação de APPs em topos de morros segundo o novo Código Florestal brasileiro utilizando sistemas de informação geográfica. In: Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto - SBSR, 16, 2013, Foz do Iguaçu. Anais. Foz do Iguaçu: INPE, 2013, p. 4443-4450.

PALMARES, Fundação Cultural. Portal eletrônico. Brasília. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br>>. Acessado em junho de 2013.

Plano Diretor da Cidade. Lei Complementar n.º 111 de 1º de fevereiro de 2011.

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. 20 anos, Mutirão Reflorestamento. 2008.

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/Mosaico Carioca. Corredores Verdes, 2012.

REDE DE SEMENTES FLORESTAIS RIO-SÃO PAULO. Diagnóstico do Setor de Sementes Florestais Nativas do Estado do Rio de Janeiro. 66p. 2001.

RIO DE JANEIRO (Cidade). Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Secretaria Municipal de Urbanismo. Relatório de Revisão do Plano Diretor Decenal da Cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: PCRJ /SMU /CGPU /GMP, 2006.

RIO DE JANEIRO (Cidade). Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Plano Diretor Decenal da Cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: PCRJ, 1993.

RIO DE JANEIRO (Cidade). Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Plano estratégico da Cidade do Rio de Janeiro: As cidades da cidade. Rio de Janeiro: PCRJ, 2004.

RIO DE JANEIRO (Cidade). Relatório do Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 2008. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br>>. Acessado em junho, 2013.

RIO DE JANEIRO (Cidade). SECRETARIA Municipal de Assistência Social – SMAS. Portal Eletrônico. Rio de Janeiro: disponível em <www.rio.rj.gov.br>. Acessado em junho de 2013.

RIO DE JANEIRO (Cidade). SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - SMAC. Plano de Manejo do Parque Natural Municipal de Grumari. Resolução SMAC Nº 316, de 06/07/2003 – Relatório Final – Rio de Janeiro: SMAC, 2004.

RIO DE JANEIRO (Cidade). SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - SMAC. Programa de Monitoramento dos Ecossistemas Costeiros Urbanos do Município do Rio de Janeiro – Informações Ambientais – Rio de Janeiro: SMAC, 1998.

RIO DE JANEIRO (Cidade). SECRETARIA Municipal de Meio Ambiente - SMAC. Indicadores de Sustentabilidade. Rio de Janeiro: SMAC, 2001.

RIO DE JANEIRO (Cidade). SECRETARIA Municipal de Meio Ambiente - SMAC. Mapeamento e Caracterização do Uso das Terras e Cobertura Vegetal no Município do Rio de Janeiro entre os anos de 1984 e 1999. Rio de Janeiro: SMAC, 2000.

RIO DE JANEIRO (Cidade). SECRETARIA Municipal de Meio Ambiente - SMAC. Espécies ameaçadas de extinção no Município do Rio de Janeiro, Flora e Fauna, 68p.: SMAC, 2000.

RIO DE JANEIRO (Estado). Portal Eletrônico. Rio de Janeiro: disponível em <<http://www.governo.rj.gov.br>>. Consultado em junho 2013.

Secretaria de Estado de Meio Ambiente - do Rio de Janeiro - SEMA/RJ Macroplano de Gestão e Saneamento Ambiental da Bacia da Baía de Sepetiba: Relatório final. Rio de Janeiro: SEMADS, MMA, PNMA. Consórcio ETEP/ECOLOGUS/SM Group, 1998.

Secretaria de Estado do Ambiente (SEA). Diagnóstico da Produção de Mudanças de Espécies Nativas no Estado do Rio de Janeiro. Superintendência de Biodiversidade e Floresta – SEA, 63p. 2010.

Secretaria de Estado do Ambiente (SEA). O estado do ambiente: indicadores ambientais do Rio de Janeiro / Organizadoras: Julia Bastos e Patricia Napoleão. – Rio de Janeiro: SEA; INEA, 2011.

Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SMAC. As florestas preservando a cidade. Mutirão Reflorestamento. Rio de Janeiro: SMAC, 1999. p. 19. Material acessado exclusivamente em meio eletrônico

Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). LEI N. 9.985, de 18 de Julho de 2000.

SOS Mata Atlântica & INPE. Atlas dos Municípios da Mata Atlântica In: "Atlas dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica". Acessado em 2013: <http://www.sosma.org.br/5697/sos-mata-atlantica-e-inpe-divulgam-dados-do-atlas-dos-remanescentes-florestais-da-mata-atlantica-no-periodo-de-2010-a-2011/>

TRIBUNAL de Contas do Estado do Rio de Janeiro – TCERJ, 2002. Disponível em: <<http://www.tce.rj.gov.br>>. Acesso em: junho de 2013.

VARELA, C.A. Instrumentos de Políticas Ambientais, Casos de Aplicação e seus Impactos. São Paulo: EAESP/FGV. NPP- Núcleo de Pesquisas e Publicações, Relatório de Pesquisa N°. 62, 2001.



PLANO MUNICIPAL
DE CONSERVAÇÃO E
RECUPERAÇÃO DA

**Mata
Atlântica**
DO RIO DE JANEIRO

ANEXOS

Ricardo Couto



PLANO MUNICIPAL
DE CONSERVAÇÃO E
RECUPERAÇÃO DA

**Mata
Atlântica**
DO RIO DE JANEIRO

ANEXO I

LISTA DAS NORMAS EM VIGOR

Ricardo Couto

I) ACORDOS INTERNACIONAIS

→ **CONVENÇÃO DE WASHINGTON**, DE 12 DE OUTUBRO DE 1940 – CONVENÇÃO PARA A PROTEÇÃO DA FLORA, DA FAUNA E DAS BELEZAS CÊNICAS NATURAIS DOS PAÍSES DE AMÉRICA.

→ **DECRETO FEDERAL Nº 58.054**, DE 23 DE MARÇO DE 1966 – PROMULGA A CONVENÇÃO PARA A PROTEÇÃO DA FLORA, FAUNA E DAS BELEZAS CÊNICAS DOS PAÍSES DA AMÉRICA.

→ **CONVENÇÃO SOBRE O COMÉRCIO INTERNACIONAL DAS ESPÉCIES DA FAUNA E DA FLORA SILVESTRES AMEAÇADAS DE EXTINÇÃO** – 1973.

→ **DECRETO LEGISLATIVO Nº 54**, DE 1975 – APROVOU O TEXTO DA CONVENÇÃO SOBRE O COMÉRCIO INTERNACIONAL DAS ESPÉCIES DA FLORA E FAUNA SELVAGENS EM PERIGO DE EXTINÇÃO, FIRMADA EM WASHINGTON, A 3 DE MARÇO DE 1973.

→ **DECRETO FEDERAL Nº 76.623**, DE 17 DE NOVEMBRO DE 1975 – PROMULGA A CONVENÇÃO SOBRE COMÉRCIO INTERNACIONAL DAS ESPÉCIES DA FLORA E FAUNA SELVAGENS EM PERIGO DE EXTINÇÃO.

→ **DECRETO FEDERAL Nº 3.607**, DE 21 DE SETEMBRO DE 2000 – DISPÕE SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DA CONVENÇÃO SOBRE COMÉRCIO INTERNACIONAL DAS ESPÉCIES DA FLORA E FAUNA SELVAGENS EM PERIGO DE EXTINÇÃO - CITES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

→ **CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE A DIVERSIDADE BIOLÓGICA**, ASSINADA DURANTE A CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, REALIZADA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, NO PERÍODO DE 5 A 14 DE JUNHO DE 1992.

→ **DECRETO LEGISLATIVO Nº 2**, DE 3 DE FEVEREIRO DE 1994 – APROVA O TEXTO DA CONVENÇÃO SOBRE DIVERSIDADE BIOLÓGICA.

→ **DECRETO FEDERAL Nº 2.519**, DE 16 DE MARÇO DE 1998 – PROMULGA A CONVENÇÃO SOBRE DIVERSIDADE BIOLÓGICA, ASSINADA NO RIO DE JANEIRO, EM 05 DE JUNHO DE 1992.

→ **DECRETO FEDERAL Nº 4.339**, DE 22 DE AGOSTO DE 2002 – INSTITUI PRINCÍPIOS E DIRETRIZES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DA BIODIVERSIDADE.

→ **DECRETO FEDERAL Nº 4.703**, DE 21 DE MAIO DE 2003 – DISPÕE SOBRE O PROGRAMA NACIONAL DA DIVERSIDADE BIOLÓGICA - PRONABIO E A COMISSÃO NACIONAL DA BIODIVERSIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

→ **CONVENÇÃO – QUADRO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE A MUDANÇA DO CLIMA** - 1992.

→ **DECRETO FEDERAL Nº 2.652**, DE 1º DE JULHO DE 1998 – PROMULGA A CONVENÇÃO-QUADRO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MUDANÇA DO CLIMA, ASSINADA EM NOVA YORK, EM 9 DE MAIO DE 1992.

→ **PROTOCOLO DE CARTAGENA SOBRE BIOSSEGURANÇA** - 2003.

→ **DECRETO FEDERAL Nº 5.705**, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2006 – PROMULGA O PROTOCOLO DE CARTAGENA SOBRE BIOSSEGURANÇA DA CONVENÇÃO SOBRE DIVERSIDADE BIOLÓGICA.

II) LEGISLAÇÃO FEDERAL

1) Constituição da República, Leis federais e seus Decretos Regulamentadores:

→ **CONSTITUIÇÃO FEDERAL 1988.**

→ **LEI COMPLEMENTAR Nº 140**, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2011 – FIXA NORMAS, NOS TERMOS DOS INCISOS III, VI E VII DO CAPUT E DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 23 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, PARA A COOPERAÇÃO ENTRE A UNIÃO, OS ESTADOS, O DISTRITO FEDERAL E OS MUNICÍPIOS NAS AÇÕES ADMINISTRATIVAS DECORRENTES DO EXERCÍCIO DA COMPETÊNCIA COMUM RELATIVAS À PROTEÇÃO DAS PAISAGENS NATURAIS NOTÁVEIS, À PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE, AO COMBATE À POLUIÇÃO EM QUALQUER DE SUAS FORMAS E À PRESERVAÇÃO DAS FLORESTAS, DA FAUNA E DA FLORA; E ALTERA A LEI Nº 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981.

→ **LEI FEDERAL Nº 5.197**, DE 3 DE JANEIRO DE 1967 – DISPÕE SOBRE A PROTEÇÃO À FAUNA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

→ **LEI FEDERAL Nº 6.766**, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1979 – DISPÕE SOBRE O PARCELAMENTO DO SOLO URBANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

→ **LEI FEDERAL Nº 6.938**, DE 31 DE AGOSTO DE 1981 – DISPÕE SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE, SEUS FINS E MECANISMOS DE FORMULAÇÃO E APLICAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

→ **DECRETO Nº 99.274**, DE 6 DE JUNHO DE 1990 – REGULAMENTA A LEI Nº 6.902, DE 27 DE ABRIL DE 1981, E A LEI Nº 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981, QUE DISPÕEM, RESPECTIVAMENTE SOBRE A CRIAÇÃO DE ESTAÇÕES ECOLÓGICAS E ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL E SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

→ **DECRETO FEDERAL Nº 4.297**, DE 10 DE JULHO DE 2002 – REGULAMENTA O ART. 9º, INCISO II, DA LEI Nº 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981, ESTABELEecendo CRITÉRIOS PARA O ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO BRASIL - ZEE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

→ **LEI FEDERAL Nº 7.661**, DE 16 DE MAIO DE 1988 – INSTITUI O PLANO NACIONAL DE GERENCIAMENTO COSTEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

→ **DECRETO FEDERAL Nº. 5.300**, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2004 – REGULAMENTA A LEI Nº 7.661, DE 16 DE MAIO DE 1988, QUE INSTITUI O PLANO NACIONAL DE GERENCIAMENTO COSTEIRO - PNGC, DISPÕE SOBRE REGRAS DE USO E OCUPAÇÃO DA ZONA COSTEIRA E ESTABELECE CRITÉRIOS DE GESTÃO DA ORLA MARÍTIMA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

→ **LEI FEDERAL Nº 9.433**, DE 8 DE JANEIRO DE 1997 – INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS, CRIA O SISTEMA NACIONAL DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS, REGULAMENTA O INCISO XIX DO ART. 21 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E ALTERA O ART. 1º DA LEI Nº 8.001, DE 13 DE MARÇO DE 1990, QUE MODIFICOU A LEI Nº 7.990, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1989.

→ **LEI FEDERAL Nº 9.605**, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998 – DISPÕE SOBRE AS SANÇÕES PENAIS E ADMINISTRATIVAS DERIVADAS DE CONDUTAS E ATIVIDADES LESIVAS AO MEIO AMBIENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

→ **DECRETO FEDERAL Nº 6.514**, DE 22 DE JULHO DE 2008 – DISPÕE SOBRE AS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS AO MEIO AMBIENTE, ESTABELECE O PROCESSO ADMINISTRATIVO FEDERAL PARA APURAÇÃO DESTAS INFRAÇÕES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

→ **LEI FEDERAL Nº 9.795**, DE 27 DE ABRIL DE 1999 – DISPÕE SOBRE A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL.

→ **DECRETO FEDERAL Nº. 4.281**, DE 25 DE JUNHO DE 2002 – REGULAMENTA A LEI Nº 9.795, DE 27 DE ABRIL DE 1999, QUE INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

→ **LEI FEDERAL Nº 9.985**, DE 18 DE JULHO 2000 – REGULAMENTA O ART. 225, § 1º, INCISOS I, II, III E VII DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, INSTITUI O SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

→ **DECRETO FEDERAL Nº 4.340**, DE 22 DE AGOSTO DE 2002 – REGULAMENTA ARTIGOS DA LEI Nº 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000, QUE DISPÕE SOBRE O SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA - SNUC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

→ **LEI FEDERAL Nº 10.257**, DE 10 DE JULHO DE 2001 – REGULAMENTA OS ARTS. 182 E 183 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ESTABELECE DIRETRIZES GERAIS DA POLÍTICA URBANA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS (ESTATUTO DA CIDADE).

→ **LEI FEDERAL Nº 10.650**, DE 16 DE ABRIL DE 2003 – DISPÕE SOBRE O ACESSO PÚBLICO AOS DADOS E INFORMAÇÕES EXISTENTES NOS ÓRGÃOS E ENTIDADES INTEGRANTES DO SISNAMA.

→ **LEI FEDERAL Nº 11.105**, DE 24 DE MARÇO DE 2005 - REGULAMENTA OS INCISOS II, IV E V DO § 1º DO ART. 225 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ESTABELECE NORMAS DE SEGURANÇA E MECANISMOS DE FISCALIZAÇÃO DE ATIVIDADES QUE ENVOLVAM ORGANISMOS GENETICAMENTE MODIFICADOS – OGM E SEUS DERIVADOS, CRIA O CONSELHO NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA – CNBS, REESTRUTURA A COMISSÃO TÉCNICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA – CTNBIO, DISPÕE SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA – PNB, REVOGA A LEI Nº 8.974, DE 5 DE JANEIRO DE 1995, E A MEDIDA PROVISÓRIA NO 2.191-9, DE 23 DE AGOSTO DE 2001, E OS ARTS. 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10 E 16 DA LEI Nº 10.814, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2003, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

→ **DECRETO FEDERAL Nº 5.591**, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2005 – REGULAMENTA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 11.105, DE 24 DE MARÇO DE 2005, QUE REGULAMENTA OS INCISOS II, IV E V DO § 1º DO ART. 225 DA CONSTITUIÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

→ **LEI FEDERAL Nº 11.284**, DE 2 DE MARÇO DE 2006 – DISPÕE SOBRE A GESTÃO DE FLORESTAS PÚBLICAS PARA A PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL; INSTITUI, NA ESTRUTURA DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, O SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO - SFB; CRIA O FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL - FNDF; ALTERA AS LEIS NOS 10.683, DE 28 DE MAIO DE 2003, 5.868, DE 12 DE DEZEMBRO DE 1972, 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998, 4.771, DE 15 DE SETEMBRO DE 1965, 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981, E 6.015, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1973; E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

→ **DECRETO FEDERAL Nº 6.063**, DE 20 DE MARÇO DE 2007 – REGULAMENTA, NO ÂMBITO FEDERAL, DISPOSITIVOS DA LEI Nº 11.284, DE 2 DE MARÇO DE 2006, QUE DISPÕE SOBRE A GESTÃO DE FLORESTAS PÚBLICAS PARA A PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

→ **LEI FEDERAL Nº 11.326**, DE 24 DE JULHO DE 2006 – ESTABELECE AS DIRETRIZES PARA A FORMULAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDIMENTOS FAMILIARES RURAIS.

→ **LEI FEDERAL Nº 11.428**, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2006 – DISPÕE SOBRE A UTILIZAÇÃO E PROTEÇÃO DA VEGETAÇÃO NATIVA DO BIOMA MATA ATLÂNTICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

→ **DECRETO FEDERAL Nº 6.660** DE 21 DE NOVEMBRO DE 2008 – REGULAMENTA A LEI FEDERAL Nº 11.428, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2006, QUE DISPÕE SOBRE A UTILIZAÇÃO E PROTEÇÃO DA MATA ATLÂNTICA.

→ **LEI FEDERAL Nº 12.187**, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2009 – INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL SOBRE MUDANÇA DO CLIMA - PNMC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

→ **DECRETO FEDERAL Nº 7.343**, DE 26 DE OUTUBRO DE 2010 – REGULAMENTA A LEI Nº 12.114, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2009, QUE CRIA O FUNDO NACIONAL SOBRE MUDANÇA DO CLIMA - FNMC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

→ **DECRETO FEDERAL Nº 7.390**, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2010 – REGULAMENTA OS ARTS. 6º, 11 E 12 DA LEI Nº 12.187, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2009, QUE INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL SOBRE MUDANÇA DO CLIMA - PNMC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

→ **LEI Nº 12.527**, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011 – REGULA O ACESSO A INFORMAÇÕES PREVISTO NO INCISO XXXIII DO ART. 5º, NO INCISO II DO § 3º DO ART. 37 E NO § 2º DO ART. 216 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL; ALTERA A LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990; REVOGA A LEI Nº 11.111, DE 5 DE MAIO DE 2005, E DISPOSITIVOS DA LEI Nº 8.159, DE 8 DE JANEIRO DE 1991; E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

→ **DECRETO Nº 7.724**, DE 16 DE MAIO DE 2012 – REGULAMENTA A LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011, QUE DISPÕE SOBRE O ACESSO A INFORMAÇÕES PREVISTO NO INCISO XXXIII DO CAPUT DO ART. 5º, NO INCISO II DO § 3º DO ART. 37 E NO § 2º DO ART. 216 DA CONSTITUIÇÃO.

→ **LEI FEDERAL Nº 12.651**, DE 25 DE MAIO DE 2012 – DISPÕE SOBRE A PROTEÇÃO DA VEGETAÇÃO NATIVA; ALTERA AS LEIS NOS 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981, 9.393, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1996, E 11.428, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2006; REVOGA AS LEIS NOS 4.771, DE 15 DE SETEMBRO DE 1965, E 7.754, DE 14 DE ABRIL DE 1989, E A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.166-67, DE 24 DE AGOSTO DE 2001; E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

→ **DECRETO FEDERAL Nº 7.830**, DE 17 DE OUTUBRO DE 2012 – DISPÕE SOBRE O SISTEMA DE CADASTRO AMBIENTAL RURAL, O CADASTRO AMBIENTAL RURAL, ESTABELECE NORMAS DE CARÁTER GERAL AOS PROGRAMAS DE REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL, DE QUE TRATA A LEI Nº 12.651, DE 25 DE MAIO DE 2012, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

2) Decretos Federais:

→ **DECRETO FEDERAL Nº 70.186**, DE 23 DE FEVEREIRO DE 1972 – DISPÕE SOBRE A ADMINISTRAÇÃO DAS ÁREAS INTEGRANTES DO PARQUE NACIONAL DA TIJUCA.

→ **DECRETO FEDERAL Nº 1.922**, DE 5 DE JUNHO DE 1996 – DISPÕE SOBRE O RECONHECIMENTO DAS RESERVAS PARTICULARES DO PATRIMÔNIO NATURAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

→ **DECRETO FEDERAL Nº 3.420**, DE 20 DE ABRIL DE 2000 – DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE FLORESTAS - PNF, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

→ **DECRETO FEDERAL Nº 5.092**, DE 21 DE MAIO DE 2004 – DEFINE REGRAS PARA IDENTIFICAÇÃO DE ÁREAS PRIORITÁRIAS PARA A CONSERVAÇÃO, UTILIZAÇÃO SUSTENTÁVEL E REPARTIÇÃO DOS BENEFÍCIOS DA BIODIVERSIDADE, NO ÂMBITO DAS ATRIBUIÇÕES DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE.

→ **DECRETO FEDERAL Nº 5.758**, DE 13 DE ABRIL DE 2006 – INSTITUI O PLANO ESTRATÉGICO NACIONAL DE ÁREAS PROTEGIDAS - PNAP, SEUS PRINCÍPIOS, DIRETRIZES, OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

→ **DECRETO FEDERAL Nº 6.040**, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2007 – INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS.

→ **DECRETO FEDERAL Nº 6.041**, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2007 – INSTITUI A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO DA BIOTECNOLOGIA, CRIA O COMITÊ NACIONAL DE BIOTECNOLOGIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

→ **DECRETO FEDERAL Nº 6.678**, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2008 – APROVA O VII PLANO SETORIAL PARA OS RECURSOS DO MAR.

3) Outras normas federais:

→ **RESOLUÇÃO DO CONAMA Nº 10**, DE 01 DE OUTUBRO DE 1993 – ESTABELECE OS PARÂMETROS PARA ANÁLISE DOS ESTÁGIOS DE SUCESSÃO DA MATA ATLÂNTICA. (ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 04, DE 1985. COMPLEMENTADA PELAS RESOLUÇÕES Nº. 01, 02, 04, 05, 06, 12, 25, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 33 E 34, DE 1994; Nº 07, DE 1996, Nº 261, DE 1999, Nº 391 E Nº 392, DE 2007. ALTERADA PELA RESOLUÇÃO Nº 11, DE 1993. CONVALIDADA PELA RESOLUÇÃO Nº 388, DE 2007).

→ **RESOLUÇÃO DO CONAMA Nº 006**, DE 4 DE MAIO DE 1994 – ESTABELECE DEFINIÇÕES E PARÂMETROS MENSURÁVEIS PARA ANÁLISE DE SUCESSÃO ECOLÓGICA DA MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

→ **RESOLUÇÃO DO CONAMA Nº 009**, DE 24 DE OUTUBRO DE 1996 – DEFINE "CORREDOR DE VEGETAÇÃO ENTRE REMANESCENTES" COMO ÁREA DE TRÂNSITO PARA A FAUNA.

→ **RESOLUÇÃO DO CONAMA Nº 302**, DE 20 DE MARÇO DE 2002 – DISPÕE SOBRE OS PARÂMETROS, DEFINIÇÕES E LIMITES DE ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE DE RESERVATÓRIOS ARTIFICIAIS E O REGIME DE USO DO ENTORNO.

→ **RESOLUÇÃO DO CONAMA Nº 303**, DE 20 DE MARÇO DE 2002 – DISPÕE SOBRE PARÂMETROS, DEFINIÇÕES E LIMITES DE ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTES. (REVOGA A RESOLUÇÃO Nº 04, DE 1985. ALTERADA PELA RESOLUÇÃO Nº 341, DE 2003.)

→ **INSTRUÇÃO NORMATIVA DO MMA Nº 03**, DE 28 DE MAIO DE 2003 – RECONHECE COMO ESPÉCIES DA FAUNA BRASILEIRA AMEAÇADAS DE EXTINÇÃO AQUELAS CONSTANTES DA LISTA ANEXA A PRESENTE INSTRUÇÃO NORMATIVA, CONSIDERANDO APENAS ANFÍBIOS, AVES, INVERTEBRADOS TERRESTRES, MAMÍFEROS E RÉPTEIS.

→ **DELIBERAÇÃO CONABIO Nº 13**, DE 25 DE MARÇO DE 2004 – APROVA O TEXTO DO DECRETO DE OFICIALIZAÇÃO DAS ÁREAS PRIORITÁRIAS PARA CONSERVAÇÃO, UTILIZAÇÃO SUSTENTÁVEL E REPARTIÇÃO DE BENEFÍCIOS DA BIODIVERSIDADE BRASILEIRA.

→ **INSTRUÇÃO NORMATIVA DO MMA Nº 05**, DE 21 DE MAIO DE 2004 – RECONHECE COMO ESPÉCIES AMEAÇADAS DE EXTINÇÃO E ESPÉCIES SOBREEXPLOTADAS OU AMEAÇADAS DE SOBREEXPLOTAÇÃO OS INVERTEBRADOS AQUÁTICOS E PEIXES CONSTANTES DOS ANEXOS DA PRESENTE INSTRUÇÃO NORMATIVA.

→ **PORTARIA MCT Nº 268**, DE 18 DE JUNHO DE 2004 – INSTITUI O PROGRAMA DE PESQUISA EM BIODIVERSIDADE - PPBIO.

→ **INSTRUÇÃO NORMATIVA DO IBAMA Nº 62**, DE 11 DE MARÇO DE 2005 – ESTABELECE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS REFERENTES AO PROCESSO DE CRIAÇÃO DE RESERVA PARTICULAR DO PATRIMÔNIO NATURAL – RPPN.

→ **RESOLUÇÃO DO CONAMA Nº 357**, DE 17 DE MARÇO DE 2005 – DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DOS CORPOS DE ÁGUA E DIRETRIZES AMBIENTAIS PARA O SEU ENQUADRAMENTO, BEM COMO ESTABELECE AS CONDIÇÕES E PADRÕES DE LANÇAMENTO DE EFLUENTES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (ALTERADA PELAS RESOLUÇÕES Nº 370, DE 2006, Nº 397, DE 2008, Nº 410, DE 2009, E Nº 430, DE 2011. COMPLEMENTADA PELA RESOLUÇÃO Nº 393, DE 2009).

→ **PORTARIA MCT Nº 382**, DE 15 DE JUNHO DE 2005 – INSTITUI A ESTRUTURA DO PROGRAMA DE PESQUISA EM BIODIVERSIDADE - PPBIO.

→ **DELIBERAÇÃO CONABIO Nº 39**, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2005 – DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DA METODOLOGIA PARA REVISÃO DAS ÁREAS PRIORITÁRIAS PARA A CONSERVAÇÃO, UTILIZAÇÃO SUSTENTÁVEL E REPARTIÇÃO DE BENEFÍCIOS DA BIODIVERSIDADE BRASILEIRA.

→ **DELIBERAÇÃO CONABIO Nº 40**, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2006 – DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DAS DIRETRIZES E PRIORIDADES DO PLANO DE AÇÃO PARA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE BIODIVERSIDADE.

→ **RESOLUÇÃO DO CONAMA Nº 369**, DE 28 DE MARÇO DE 2006 – DISPÕE SOBRE OS CASOS EXCEPCIONAIS, DE UTILIDADE PÚBLICA, INTERESSE SOCIAL OU BAIXO IMPACTO AMBIENTAL, QUE POSSIBILITAM A INTERVENÇÃO OU SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE.

→ **DELIBERAÇÃO CONABIO Nº 49**, DE 30 DE AGOSTO DE 2006 – DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA CÂMARA TÉCNICA PERMANENTE SOBRE ESPÉCIES EXÓTICAS INVASORAS.

→ **RESOLUÇÃO DO CONAMA Nº 379**, DE 19 DE OUTUBRO DE 2006 – CRIA E REGULAMENTA SISTEMA DE DADOS E INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO FLORESTAL NO ÂMBITO DO SISTEMA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE - SISNAMA.

→ **RESOLUÇÃO DO CONABIO Nº 03**, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2006 – DISPÕE SOBRE METAS NACIONAIS DE BIODIVERSIDADE PARA 2010.

→ **PORTARIA DO MMA Nº 09**, DE 23 DE JANEIRO DE 2007 – RECONHECE ÁREAS PRIORITÁRIAS PARA A CONSERVAÇÃO, UTILIZAÇÃO SUSTENTÁVEL E REPARTIÇÃO DE BENEFÍCIOS DA BIODIVERSIDADE BRASILEIRA AS ÁREAS QUE MENCIONA.

→ **RESOLUÇÃO DO CONAMA Nº 388**, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2007 – DISPÕE SOBRE A CONVALIDAÇÃO DAS RESOLUÇÕES QUE DEFINEM A VEGETAÇÃO PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA NOS ESTÁGIOS INICIAL, MÉDIO E AVANÇADO DE REGENERAÇÃO DA MATA ATLÂNTICA PARA FINS DO DISPOSTO NO ART. 4º § 1º DA LEI Nº 11.428, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2006.

→ **INSTRUÇÃO NORMATIVA IBAMA Nº 154**, DE 01 DE MARÇO DE 2007 – INSTITUI O SISTEMA DE AUTORIZAÇÃO E INFORMAÇÃO EM BIODIVERSIDADE - SISBIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

→ **RESOLUÇÃO DO CONABIO Nº 04**, DE 25 DE ABRIL DE 2007 – DISPÕE SOBRE OS ECOSISTEMAS MAIS VULNERÁVEIS ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS, AÇÕES E MEDIDAS PARA SUA PROTEÇÃO.

→ **RESOLUÇÃO DO CONAMA Nº 396**, DE 3 DE ABRIL DE 2008 – DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO E DIRETRIZES AMBIENTAIS PARA O ENQUADRAMENTO DAS ÁGUAS SUBTERRÂNEAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

→ **RESOLUÇÃO DO CONAMA Nº 397**, DE 3 DE ABRIL DE 2008 – ALTERA O INCISO II DO § 4º E A TABELA X DO § 5º, AMBOS DO ART. 34 DA RESOLUÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE – CONAMA Nº 357, DE 2005, QUE DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DOS CORPOS DE ÁGUA E DIRETRIZES AMBIENTAIS PARA O SEU ENQUADRAMENTO, BEM COMO ESTABELECE AS CONDIÇÕES E PADRÕES DE LANÇAMENTO DE EFLUENTES. (ALTERADA PELA RESOLUÇÃO Nº 410, DE 2009).

→ **INSTRUÇÃO NORMATIVA DO ICMBIO Nº 05**, DE 17 DE MAIO DE 2008 – DISPÕE SOBRE O PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA A REALIZAÇÃO DE ESTUDOS TÉCNICOS E CONSULTA PÚBLICA PARA A CRIAÇÃO DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO FEDERAL.

→ **INSTRUÇÃO NORMATIVA DO MMA Nº 06**, DE 23 DE SETEMBRO DE 2008 – RECONHECE ESPÉCIES DA FLORA AMEAÇADAS DE EXTINÇÃO.

→ **DELIBERAÇÃO CONABIO Nº 60**, DE 16 DE JUNHO DE 2009 – DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DA CÂMARA TÉCNICA PERMANENTE DE BIODIVERSIDADE E CIÊNCIA.

→ **PORTARIA INTERMINISTERIAL MDA/MDS/MMA Nº 239**, DE 21 DE JULHO DE 2009 – ESTABELECE ORIENTAÇÕES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO NACIONAL DE PROMOÇÃO DAS CADEIAS DE PRODUTOS DA SOCIOBIODIVERSIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

→ **PORTARIA MCT Nº 693**, DE 20 DE AGOSTO DE 2009 – INSTITUI, NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE PESQUISA EM BIODIVERSIDADE - PPBIO, A POLÍTICA DE DADOS.

→ **PORTARIA CONJUNTA MMA/ICMBIO Nº 316**, DE 09 DE SETEMBRO DE 2009 – APLICA OS INSTRUMENTOS DE IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DA BIODIVERSIDADE VOLTADOS PARA A CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ESPÉCIES AMEAÇADAS DE EXTINÇÃO.

→ **PORTARIA MMA Nº 358**, DE 30 DE SETEMBRO DE 2009 – INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO ESPELEOLÓGICO, QUE TEM COMO OBJETIVO DESENVOLVER ESTRATÉGIA NACIONAL DE CONSERVAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DO PATRIMÔNIO ESPELEOLÓGICO BRASILEIRO.

→ **RESOLUÇÃO DO CONAMA Nº 417**, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2009 – DISPÕE SOBRE PARÂMETROS BÁSICOS PARA DEFINIÇÃO DE VEGETAÇÃO PRIMÁRIA E DOS ESTÁGIOS SUCESSIONAIS SECUNDÁRIOS DA VEGETAÇÃO DE RESTINGA NA MATA ATLÂNTICA. (COMPLEMENTADA PELAS RESOLUÇÕES Nº 437, Nº 438, Nº 439, Nº 440, Nº 441, Nº 442, Nº 443, Nº 444, Nº 445, Nº 446, Nº 447 E Nº 453, DE 2012).

→ **RESOLUÇÃO DO CONAMA Nº 425**, DE 25 DE MAIO DE 2010 – DISPÕE SOBRE CRITÉRIOS PARA A CARACTERIZAÇÃO DE ATIVIDADES E EMPREENDIMENTOS

AGROPECUÁRIOS SUSTENTÁVEIS DO AGRICULTOR FAMILIAR, EMPREENDEDOR RURAL FAMILIAR, E DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS COMO DE INTERESSE SOCIAL PARA FINS DE PRODUÇÃO, INTERVENÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE E OUTRAS DE USO LIMITADO.

→ **PORTARIA MMA Nº 398**, DE 21 DE OUTUBRO DE 2010 – INSTITUI O COMITÊ DO AGREEMENT BETWEEN THE GOVERNMENT OF THE UNITED STATES OF AMERICA AND THE GOVERNMENT OF BRAZIL REGARDING THE REDUCTION OF DEBT IN SUPPORT OF CONSERVATION AND SUSTAINABLE MANAGEMENT OF TROPICAL FORESTS - ACORDO TFCA, DORAVANTE DENOMINADA COMITÊ DA CONTA TFCA, PARA SUPERVISIONAR A ADMINISTRAÇÃO E O GERENCIAMENTO DOS RECURSOS DESTINADOS À IMPLEMENTAÇÃO E EXECUÇÃO DE PROJETOS VOLTADOS PARA A CONSERVAÇÃO E O USO SUSTENTÁVEL DE FLORESTAS TROPICAIS DO BRASIL NOS BIOMAS DA MATA ATLÂNTICA, CERRADO E CAATINGA.

→ **RESOLUÇÃO DO CONAMA Nº 429**, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2011 – DISPÕE SOBRE A METODOLOGIA DE RECUPERAÇÃO DAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE – APPS.

III) LEGISLAÇÃO ESTADUAL:

1) Constituição do Estado, Leis estaduais e seus Decretos Regulamentadores:

→ **CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO DE 1989.**

→ **LEI ESTADUAL Nº 650**, DE 11 DE JANEIRO DE 1983 – DISPÕE SOBRE A POLÍTICA ESTADUAL DE DEFESA E PROTEÇÃO DAS BACIAS FLUVIAIS E LACUSTRES DO RIO DE JANEIRO

→ **LEI ESTADUAL Nº 1.130**, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1987 – DEFINE AS ÁREAS DE INTERESSE ESPECIAL DO ESTADO E DISPÕE SOBRE OS IMÓVEIS DE ÁREA SUPERIOR A 1.000.000M² (HUM MILHÃO DE METROS QUADRADOS) E IMÓVEIS LOCALIZADOS EM ÁREAS LÍMITROFES DE MUNICÍPIOS, PARA EFEITO DO EXAME E ANUÊNCIA PRÉVIA A PROJETOS DE PARCELAMENTO DE SOLO PARA FINS URBANOS, A QUE SE REFERE O ART. 13 DA LEI Nº 6766/79.

→ **DECRETO ESTADUAL Nº 9.760**, DE 11 DE MARÇO DE 1987 – REGULAMENTA A LEI 1.130, DE 12/02/87, LOCALIZA AS ÁREAS DE INTERESSE ESPECIAL DO INTERIOR DO ESTADO, E DEFINE AS NORMAS DE OCUPAÇÃO A QUE DEVERÃO SUBMETER-SE OS PROJETOS DE LOTEAMENTOS E DESMEMBRAMENTOS A QUE SE REFERE O ARTIGO 13 DA LEI FEDERAL 6.766/79 (ALTERADO PELOS DECRETOS Nº 13.123, DE 29 DE JUNHO DE 1989 E Nº 34.930, DE 04 DE MARÇO DE 2004).

→ **LEI ESTADUAL Nº 2.049**, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1992 – DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE QUEIMADAS DA VEGETAÇÃO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO EM ÁREAS E LOCAIS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

→ **LEI ESTADUAL Nº 2.377**, DE 28 DE JUNHO DE 1974 – CRIA O PARQUE ESTADUAL DA PEDRA BRANCA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

→ **LEI ESTADUAL Nº 3.239**, DE 02 DE AGOSTO DE 1999 – INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS; CRIA O SISTEMA ESTADUAL DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS; REGULAMENTA A CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, EM SEU ARTIGO 261, PARÁGRAFO 1º, INCISO VII; E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

→ **LEI ESTADUAL Nº 3.346**, DE 29 DE DEZEMBRO DE 1999 – AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR O BANCO DE DADOS AMBIENTAIS - BDA.

→ **LEI ESTADUAL Nº 3.467**, DE 14 DE SETEMBRO DE 2000 – DISPÕE SOBRE AS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS DERIVADAS DE CONDUTAS LESIVAS AO MEIO AMBIENTE NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

→ **LEI ESTADUAL Nº 3.900**, DE 19 DE JULHO DE 2002 – INSTITUI O CÓDIGO ESTADUAL DE PROTEÇÃO AOS ANIMAIS, NO ÂMBITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

→ **LEI ESTADUAL Nº 5.067**, DE 09 DE JULHO DE 2007 – DISPÕE SOBRE O ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E DEFININDO CRITÉRIOS PARA A IMPLANTAÇÃO DA ATIVIDADE DE SILVICULTURA ECONÔMICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

→ **DECRETO ESTADUAL Nº 41.968**, DE 29 DE JULHO DE 2009 – REGULAMENTA A LEI Nº 5.067 DE 09 DE JULHO DE 2007, NO QUE SE REFERE A EMPREENDIMENTOS DE SILVICULTURA ECONÔMICA, DEFINIDOS COMO PEQUENA E MÉDIA ESCALA, NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

→ **LEI ESTADUAL Nº 5.101** DE 04 DE OUTUBRO DE 2007 – DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE – INEA E SOBRE OUTRAS PROVIDÊNCIAS PARA MAIOR EFICIÊNCIA NA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS ESTADUAIS DE MEIO AMBIENTE, DE RECURSOS HÍDRICOS E FLORESTAIS.

→ **LEI ESTADUAL Nº 5.690**, DE 14 DE ABRIL DE 2010 – INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL SOBRE MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

→ **DECRETO Nº 43.216**, DE 30 DE SETEMBRO DE 2011 – REGULAMENTA A LEI Nº 5.690, DE 14 DE ABRIL DE 2010, QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA ESTADUAL SOBRE MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.

→ **LEI ESTADUAL Nº 5.803**, DE 20 DE AGOSTO DE 2010 – CRIA O PROGRAMA ESTADUAL DE CERTIFICAÇÃO DE UNIDADES PRODUTIVAS FAMILIARES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

2) Decretos Estaduais:

→ **DECRETO ESTADUAL Nº 2.853**, DE 22 DE MAIO DE 1969 – CRIA O PARQUE DA CHACRINHA.

→ **DECRETO ESTADUAL Nº 1.921**, DE 22 DE JUNHO DE 1978 – CRIA A RESERVA FLORESTAL DO GRAJAÚ, TRANSFORMA, SEM AUMENTO DA DESPESA, FUNÇÃO GRATIFICADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

→ **DECRETO ESTADUAL Nº 5.415**, DE 31 DE MARÇO DE 1982 – INSTITUI A RESERVA BIOLÓGICA E ARQUEOLÓGICA DE GUARATIBA (ALTERADO PELO DECRETO Nº 32.365, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2002).

→ **DECRETO ESTADUAL Nº 32.017** DE 15 DE OUTUBRO DE 2002 – PROCEDE À REAVALIAÇÃO DA RESERVA FLORESTAL DO GRAJAÚ, ALTERANDO SUA DENOMINAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

→ **DECRETO Nº 36.812**, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2004 – CRIA A ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DE SEPETIBA II E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

→ **DECRETO ESTADUAL Nº 40.909**, DE 17 DE AGOSTO DE 2007 – DISPÕE SOBRE A RESERVA PARTICULAR DO PATRIMÔNIO NATURAL - RPPN - COMO UNIDADE DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA DE PROTEÇÃO INTEGRAL NO TERRITÓRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ESTABELECE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS PARA A SUA CRIAÇÃO E ESTÍMULOS E INCENTIVOS PARA A SUA IMPLEMENTAÇÃO E DETERMINA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

→ **DECRETO ESTADUAL Nº 40.979**, DE 15 DE OUTUBRO DE 2007 – DEFINE OS PARÂMETROS PARA O ESTABELECIMENTO DE ESTRADAS-PARQUE NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

→ **DECRETO ESTADUAL Nº 41.612**, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2008 – DISPÕE SOBRE A DEFINIÇÃO DE RESTINGAS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E ESTABELECE A TIPOLOGIA E A CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL DA VEGETAÇÃO DE RESTINGA.

→ **DECRETO ESTADUAL Nº 42.151**, DE 1 DE DEZEMBRO DE 2009 – DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DO COMITÊ ESTADUAL DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E REVOGA O DECRETO ESTADUAL Nº 26.057, DE 14 DE MARÇO DE 2000, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

3) Outras normas estaduais:

→ **PORTARIA IEF Nº 189**, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2006 – APROVA O PLANO DE MANEJO DIRETOR DO PARQUE ESTADUAL DA CHACRINHA - PEC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

→ **PORTARIA IEF Nº 190**, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2006 – APROVA O PLANO DE MANEJO DIRETOR DO PARQUE ESTADUAL DO GRAJAÚ - PEG E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

→ **RESOLUÇÃO SEA Nº 038**, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2007 – REGULAMENTA O DECRETO ESTADUAL Nº 40.909, DE 17 DE AGOSTO DE 2007, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

→ **RESOLUÇÃO INEA Nº 06**, DE 17 DE JUNHO DE 2009 – DISCIPLINA O PROCEDIMENTO PARA O EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA AMBIENTAL PELO INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

→ **RESOLUÇÃO CONEMA Nº 42**, DE 17 DE AGOSTO DE 2012 – DISPÕE SOBRE AS ATIVIDADES QUE CAUSAM OU POSSAM CAUSAR IMPACTO AMBIENTAL LOCAL, FIXA NORMAS GERAIS DE COOPERAÇÃO FEDERATIVA NAS AÇÕES ADMINISTRATIVAS DECORRENTES DO EXERCÍCIO DA COMPETÊNCIA COMUM RELATIVAS À PROTEÇÃO DAS PAISAGENS NATURAIS NOTÁVEIS, À PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE E AO COMBATE À POLUIÇÃO EM QUALQUER DE SUAS FORMAS, CONFORME PREVISTO NA LEI COMPLEMENTAR Nº 140/2011, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IV) LEGISLAÇÃO MUNICIPAL:

1) Lei Orgânica e Leis Municipais:

→ **LEI ORGÂNICA**, DE 05/04/1990

DISPÕE SOBRE A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO.

→ **LEI COMPLEMENTAR Nº 111**, DE 01/02/2011

DISPÕE SOBRE A POLÍTICA URBANA E AMBIENTAL DO MUNICÍPIO, INSTITUI O PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

→ **LEI Nº 61**, DE 22/07/1978

TRANSFORMA A ANTIGA RESERVA BIOLÓGICA DE JACAREPAGUÁ EM PARQUE ZOO-BOTÂNICO.

→ **LEI Nº 68**, DE 8/11/1978

CONSIDERA A ILHA DA COROA ÁREA DE PRESERVAÇÃO ECOLÓGICA E PAISAGÍSTICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

→ **LEI Nº 472**, DE 14/12/1983

DISPÕE SOBRE A TRANSFORMAÇÃO DA RESERVA BIOLÓGICA DO RECREIO DOS BANDEIRANTES EM PARQUE ECOLÓGICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

→ **LEI Nº 495**, DE 9/01/1984

TRANSFORMA O BAIRRO DE SANTA TERESA EM ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

→ **LEI Nº 613**, DE 11/09/1984

DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE PLANTIO DE MUDAS DE ÁRVORES NAS ÁREAS DE EDIFICAÇÃO E LOTEAMENTO DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

→ **LEI Nº 677**, DE 13/12/1984

DISPÕE SOBRE O PLANTIO DE ÁRVORES FRUTÍFERAS EM LOGRADOUROS PÚBLICOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

→ **LEI Nº 971**, DE 04/05/1987

INSTITUI A ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) COMPOSTA PELOS LOGRADOUROS QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

→ **LEI Nº 1.117**, DE 3/12/1987

DISPÕE SOBRE A INSTALAÇÃO DE HERBÁRIOS PÚBLICOS NOS PARQUES E RESERVAS FLORESTAIS DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

→ **LEI Nº 1.197**, DE 4/01/1988

TRANSFORMA EM ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL OS MANANCIAIS, OS RESERVATÓRIOS DE ÁGUA DE ABASTECIMENTO PÚBLICO E ÁREAS DE ENTORNO DOS MESMOS SITUADOS NO MUNICÍPIO.

→ **LEI Nº 1.206**, DE 28/03/1988

CRIA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) DA PEDRA BRANCA.

→ **LEI Nº 1.208**, DE 28/03/1988

DECLARA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) A ORLA MARÍTIMA DA BAÍA DE SEPETIBA NAS CONDIÇÕES QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

→ **LEI Nº 1.272**, DE 06/07/1988

DECLARA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL A ORLA MARÍTIMA DAS PRAIAS DE COPACABANA, IPANEMA, LEBLON, SÃO CONRADO E BARRA DA TIJUCA.

→ **LEI Nº 1.390**, DE 12/05/1989

CRIA A ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO BAIRRO PEIXOTO, EM COPACABANA, V REGIÃO ADMINISTRATIVA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

→ **LEI Nº 1.400**, DE 1/06/1989

TRANSFORMA O TERRENO ONDE FUNCIONA O JOCKEY CLUB BRASILEIRO EM ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL.

→ **LEI Nº 1.428**, DE 5/09/1989

DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE SINALIZAÇÃO ECOLÓGICA NO MUNICÍPIO.

→ **LEI Nº 1.483**, DE 5/12/1989

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR A ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA SERRA DO MENDANHA, VISANDO À CRIAÇÃO DE UM PARQUE FLORESTAL.

→ **LEI Nº 1.534**, DE 11/01/1990

CONSTITUI A REGIÃO CONHECIDA COMO PRAINHA EM ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

→ **LEI Nº 1.540**, DE 15/01/1990

TRANSFORMA AS ÁREAS DE MATAS NATIVAS DO PAU DA FOME E DO CAMORIM EM RESERVAS BIOLÓGICAS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO.

→ **LEI Nº 1.755**, DE 27/11/1990

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA BACIA DOS FRADES (APA DOS FRADES) MUNICÍPIO DE TERESÓPOLIS.

→ **LEI Nº 1.769**, DE 1/10/1991

CRIA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL SÃO JOSÉ NO BAIRRO DE LARANJEIRAS, NA IV REGIÃO ADMINISTRATIVA - BOTAFOGO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

→ **LEI Nº 1.772**, DE 1/10/1991

DECLARA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL A ORLA MARÍTIMA DAS PRAIAS DE COPACABANA, IPANEMA, LEBLON, SÃO CONRADO E BARRA DA TIJUCA.

→ **LEI Nº 1.784**, DE 29/10/1991

DECLARA ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL O BAIRRO DO COSME VELHO E PARTE DO BAIRRO DE LARANJEIRAS, NA VI REGIÃO ADMINISTRATIVA - BOTAFOGO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

→ **LEI Nº 1.912**, DE 28/09/1992

CRIS AS ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO MORRO DOS CABRITOS E MORRO DA SAUDADE, AUTORIZA A CRIAÇÃO DO PARQUE MUNICIPAL JOSÉ GUILHERME MERQUIOR E PARQUE MUNICIPAL FONTE DA SAUDADE, NA IV, V E VI REGIÕES ADMINISTRATIVAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

→ **LEI Nº 1.918**, DE 05/10/1992

CRIA A ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DAS BRISAS, AUTORIZA A CRIAÇÃO DO PARQUE MUNICIPAL BOSQUE DAS BRISAS, NO BAIRRO DE GUARATIBA, NA XXVI REGIÃO ADMINISTRATIVA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

→ **LEI Nº 1.958**, DE 05/04/1993

CRIA O PARQUE ECOLÓGICO MENDANHA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

→ **LEI Nº 2.087**, DE 04/01/1994

CRIA A ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DAS PONTAS DE COPACABANA E ARPOADOR E SEUS ENTORNOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

→ **LEI Nº 2.138**, DE 11/05/1994

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - SMAC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

→ **LEI Nº 2.331**, DE 28/06/1995

CRIA A ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE E O PARQUE MUNICIPAL BOSQUE DE JERUSALÉM, NO ENTORNO DA PEDRA DE ITAÚNA, CONFORME O DISPOSTO NO ART. 463 DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO.

→ **LEI Nº 2.390**, DE 01/12/1995

DISPÕE SOBRE O CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO.

→ **LEI Nº 2.611**, DE 12/12/1997

CRIA A ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO MORRO DA VIÚVA, SITUADO NO BAIRRO DO FLAMENGO, IV REGIÃO ADMINISTRATIVA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

→ **LEI Nº 2.835**, DE 30/06/1999

CRIA A ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA SERRA DA CAPOEIRA GRANDE, NO BAIRRO DE GUARATIBA, NA XXVI REGIÃO ADMINISTRATIVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

→ **LEI Nº 2.836**, DE 07/07/1999

CRIA A ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO MORRO DO SILVÉRIO, NO BAIRRO DA PEDRA DE GUARATIBA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

→ **LEI Nº 3.035**, DE 07/06/2000

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PARQUE ECOLÓGICO DA ÁGUA SANTA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

→ **LEI Nº 3.313**, DE 04/12/2001

CRIA A ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO MORRO DO VALQUEIRE.

→ **LEI Nº 3.682**, DE 07/11/2003

ALTERA A DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO MORRO DO VALQUEIRE, INSTITUÍDA PELA LEI Nº 3.313, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2001.

→ **LEI Nº 3.693**, DE 04/12/2003

DEFINE COMO ÁREA DE RELEVANTE INTERESSE ECOLÓGICO - ARIE, A ÁREA QUE MENCIONA NOS BAIRROS DE SÃO CONRADO E ROCINHA, RESPECTIVAMENTE, VI E XXVII REGIÕES ADMINISTRATIVAS, AP-2, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

→ **LEI Nº 3.750**, DE 13/05/2004

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR O PARQUE ECOLÓGICO DA SERRA DO RIO DA PRATA, EM CAMPO GRANDE, NA AP-5.2, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

→ **LEI Nº 3.980**, DE 08/04/2005

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR O PARQUE ECOLÓGICO DA SERRA DA MISERICÓRDIA, EM VILA KOSMOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

→ **LEI Nº 4.109**, DE 22/06/2005

CRIA O PARQUE MUNICIPAL DA FAZENDA DOS BARATA, NOS TERMOS DO DECRETO Nº 21.496 DE 04 DE JUNHO DE 2002 E SEU ANEXO ÚNICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

→ **LEI Nº 4.139**, DE 18/07/2005

DEFINE CRITÉRIOS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL PARA AS PRAIAS E CRIA FAIXA DE PROTEÇÃO À VEGETAÇÃO DE RESTINGA.

→ **LEI Nº 4.659**, DE 02/10/2007

DISPÕE SOBRE A ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO MORRO DO CACHAMBI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

→ **LEI Nº 4.791**, DE 02/04/2008

DISPÕE SOBRE O SISTEMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

→ **LEI Nº 5.019**, DE 06/05/2009

INSTITUI A ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL E RECUPERAÇÃO URBANA - APARU DO COMPLEXO COTUNDUBA-SÃO JOÃO.

→ **LEI Nº 5.146**, DE 07/01/2010

DISPÕE SOBRE A CONSOLIDAÇÃO MUNICIPAL REFERENTE A EVENTOS, DATAS COMEMORATIVAS E FERIADOS DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO E INSTITUI O CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS E DATAS COMEMORATIVAS DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

→ **LEI Nº 5.507**, DE 17/08/2012

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DAS "CALÇADAS ECOLÓGICAS" NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

→ **LEI Nº 5.518**, DE 14/09/2012

OBRIGA A PUBLICAÇÃO DE INFORMAÇÕES AMBIENTAIS, PARA ATIVIDADES E EMPREENDIMENTOS NO ÂMBITO MUNICIPAL SUJEITOS A LICENCIAMENTO AMBIENTAL, NA FORMA QUE MENCIONA.

2) Decretos Municipais:

→ **DECRETO Nº 6.231**, DE 26/10/1986

CRIA A ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO SACOPÃ, NA IV E VI REGIÃO ADMINISTRATIVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

→ **DECRETO Nº 7.351**, DE 14/01/1988

REGULAMENTA A LEI Nº 971, DE 04 DE MAIO DE 1987, QUE INSTITUIU A ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) EM PARTE DOS BAIRROS DA SAÚDE, SANTO CRISTO, GAMBOA E CENTRO.

→ **DECRETO Nº 7.612**, DE 05/05/1988

DISPÕE SOBRE A DECRETAÇÃO DE ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL.

→ **DECRETO Nº 8.452**, DE 8/05/1989

INSTITUI O "PARQUE ECOLÓGICO MUNICIPAL CHICO MENDES".

→ **DECRETO Nº 8.540**, DE 03/07/1989

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PARQUE ZOOBOTÂNICO DE MARAPENDI.

→ **DECRETO Nº 9.779**, DE 12/11/1990

DECLARA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL O CONJUNTO NATURAL CONSTITUÍDO PELO MORRO DO LEME (OU PEDRA DO LEME), MORRO DO URUBU, PEDRA DO ANEL, PRAIA DO ANEL E ILHA DA COTUNDUBA, SITUADOS NOS BAIRROS DA URCA E DO LEME

→ **DECRETO Nº 10.368**, DE 15/08/1991

CRIA A "ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) DO PARQUE ZOOBOTÂNICO DE MARAPENDI" COMPREENDENDO AS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APP) DA LAGOA DE MARAPENDI E SEUS ENTORNOS E A ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE DO PARQUE ZOOBOTÂNICO DE MARAPENDI, NA BARRA DA TIJUCA - XXIV REGIÃO ADMINISTRATIVA.

→ **DECRETO Nº 11.301**, DE 21/08/1992

CRIA A ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL E RECUPERAÇÃO URBANA DO ALTO DA BOA VISTA

→ **DECRETO Nº 11.451**, DE 8/10/1992

ACRESCENTA O PARÁGRAFO ÚNICO AO ART 1º E OS ANEXOS I E II AO DECRETO Nº 11.301, DE 21 DE AGOSTO DE 1992.

→ **DECRETO Nº 11.850**, DE 21/12/1992

CRIA E DELIMITA O PARQUE MUNICIPAL DO PENHASCO DOIS IRMÃOS, INSTITUI GRUPO DE TRABALHO PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO DO PARQUE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

→ **DECRETO Nº 11.849**, DE 21/12/1992

REGULAMENTA AS LEIS 944, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1986 E 1534, DE JANEIRO DE 1980 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

→ **DECRETO Nº 11.990**, DE 24/03/1993

REGULAMENTA O DECRETO Nº. 10.368, DE 16 DE AGOSTO DE 1991, QUE CRIA A ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) DO PARQUE ZOOBOTÂNICO DE MARAPENDI

→ **DECRETO Nº 12.250**, DE 31/08/1993

DECLARA, COMO ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL E RECUPERAÇÃO URBANA (APARU) DO JEQUIÁ, A ÁREA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

→ **DECRETO Nº 12.328**, DE 8/10/1993

CRIA A ÁREA DE ESPECIAL INTERESSE AMBIENTAL DA ORLA DA BAÍA DE SEPETIBA.

→ **DECRETO Nº 12.329**, DE 8/10/1993

CRIA A ÁREA DE ESPECIAL INTERESSE AMBIENTAL DA BAIXADA DE JACAREPAGUÁ.

→ **DECRETO Nº 12.471**, DE 24/11/1993

CRIA E DELIMITA O PARQUE DAS RUÍNAS, NO DE SANTA TERESA, NA XXIII REGIÃO ADMINISTRATIVA.

→ **DECRETO Nº 14.098**, DE 8/08/1995

ALTERA A REDAÇÃO DO ART. 20 DO DECRETO Nº 11.990, DE 24 DE MARÇO DE 1993.

→ **DECRETO Nº 14.203**, DE 18/09/1995

TRANSFORMA O PARQUE ZOOBOTÂNICO DE MARAPENDI EM PARQUE MUNICIPAL ECOLÓGICO DE MARAPENDI, ACRESCE SUA ÁREA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

→ **DECRETO Nº 14.303**, DE 26/10/1995

INCLUI NA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO PARQUE ZOOBOTÂNICO DE MARAPENDI, CRIADA PELO DECRETO Nº 10.368, DE 15 DE AGOSTO DE 1991, O LOTE A DO PAL 39.144, BARRA DA TIJUCA, XIV R.A.

→ **DECRETO Nº 14.800**, DE 14/05/1996

CRIA A UNIDADE DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL - PARQUE MUNICIPAL FAZENDA DO VIEGAS EM SENADOR CAMARÁ (AP5), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

→ **DECRETO Nº 14.874**, DE 11/06/1996

CRIA A ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DOS MORROS DA BABILÔNIA E DE SÃO JOÃO.

→ **DECRETO Nº 14.880**, DE 14/05/1996

CRIA A UNIDADE DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL - PARQUE MUNICIPAL FAZENDA DO VIEGAS, EM SENADOR CAMARÁ (AP5), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

→ **DECRETO Nº 15.793**, DE 4/06/1997

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA RIO-DIVERSIDADE - PROGRAMA DE CONSERVAÇÃO DAS ESPÉCIES RARAS E AMEAÇADAS DE EXTINÇÃO

→ **DECRETO Nº 17.445**, DE 25/03/1999

CRIA E DELIMITA O PARQUE MUNICIPAL ECOLÓGICO DA PRAINHA

→ **DECRETO Nº 17.554**, DE 18/05/1999

REGULAMENTA A ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DAS BRISAS CRIADA PELA LEI Nº 1.918, DE 05 DE OUTUBRO DE 1992, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

→ **DECRETO Nº 17.731**, DE 12/07/1999

REGULAMENTA A ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO MORRO DA BABILÔNIA E SÃO JOÃO, CRIADA PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 14.874, DE 05 DE JUNHO DE 1996.

→ **DECRETO Nº 18.199**, DE 08/12/1999

CRIA, DELIMITA E REGULAMENTA A ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DAS TABEBUIAS

→ **DECRETO Nº 19.143**, DE 14/11/2000

CRIA O PARQUE MUNICIPAL FONTE DA SAUDADE, SITUADO NO BAIRRO DA LAGOA, VI R.A., E O PARQUE MUNICIPAL JOSÉ GUILHERME MERQUIOR, SITUADO NOS BAIRROS DE COPACABANA, V R.A., E LAGOA, VI R.A.

→ **DECRETO Nº 19.144**, DE 14/11/2000

CRIA A ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL E RECUPERAÇÃO URBANA DA SERRA DA MISERICÓRDIA - AP-3

→ **DECRETO Nº 19.145**, DE 14/11/2000

CRIA A ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA SERRA DOS PRETOS FORROS

→ **DECRETO Nº 19.149**, DE 14/11/2000

ALTERA O ANEXO DO DECRETO Nº 15.793, DE 04 DE JUNHO DE 1997

→ **DECRETO Nº 19.779**, DE 11 DE ABRIL DE 2001

CRIA A ÁREA DE ESPECIAL INTERESSE AMBIENTAL DO CORREDOR ECOLÓGICO MACIÇO DA PEDRA BRANCA-MACIÇO DA TIJUCA, NAS ÁREAS DE PLANEJAMENTO 3, 4 E 5.

→ **DECRETO Nº 19.914**, DE 17/05/2001

DISPÕE SOBRE O APOIO ÀS ATIVIDADES AGRÍCOLAS E PESQUEIRAS NO MUNICÍPIO

→ **DECRETO Nº 20.149**, DE 02/07/2001

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PARQUE NATURAL MUNICIPAL DE GRUMARI, NA ÁREA DE PLANEJAMENTO 4.

→ **DECRETO Nº 20.227**, DE 16/07/2001

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO E DELIMITAÇÃO DO PARQUE NATURAL MUNICIPAL DA SERRA DO MENDANHA.

→ **DECRETO Nº 20.287**, DE 25/07/2001

DISPÕE SOBRE O PROGRAMA DE DELIMITAÇÃO FÍSICA EM ÁREAS DE INTERESSE AMBIENTAL

→ **DECRETO Nº 20.296**, DE 26/07/2001

CRIA O PARQUE URBANO PINTO TELES, NA ÁREA DE PLANEJAMENTO 4.

→ **DECRETO Nº 20.716**, DE 06/11/2001

INSTITUI O PLANO DE GESTÃO AMBIENTAL DA ZONA DE CONSERVAÇÃO DA VIDA SILVESTRE - ZCVS DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO PARQUE MUNICIPAL ECOLÓGICO DE MARAPENDI.

→ **DECRETO Nº 20.723**, DE 08/11/2001

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PARQUE NATURAL MUNICIPAL DO JARDIM DO CARMO, SITUADO NOS BAIRROS DE PENHA CIRCULAR - XI R.A. E VILA COSMOS - XIV R.A., NA ÁREA DE PLANEJAMENTO 3.

→ **DECRETO Nº 21.046**, DE 06/02/2002

ESTABELECE O ZONEAMENTO AMBIENTAL DO LOTE "A" DO PAL 39.144 INTEGRANTE DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO PARQUE MUNICIPAL ECOLÓGICO DE MARAPENDI.

→ **DECRETO Nº 21.208**, DE 01/04/2002

CRIA O PARQUE NATURAL MUNICIPAL DA SERRA DA CAPOEIRA GRANDE, PEDRA DE GUARATIBA, XXVI RA.

→ **DECRETO Nº 22.025**, DE 17/09/2002

ALTERA O NOME DO PARQUE ECOLÓGICO MUNICIPAL CHICO MENDES NA XXIV R.A. - AP 4, PARA PARQUE NATURAL MUNICIPAL CHICO MENDES, INSTITUI SUA DELIMITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

→ **DECRETO Nº 22.662**, DE 19/02/2003

DISPÕE SOBRE A RENOMEAÇÃO E A GESTÃO DOS PARQUES PÚBLICOS MUNICIPAIS, CONSIDERADOS COMO UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, SEGUNDO A LEI Nº 9.985, DE 18/07/2000 E DECRETO Nº 4.340, DE 22/08/2002 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

→ **DECRETO Nº 26.280**, DE 23/03/2006

DISPONIBILIZA A CONSULTA PRÉVIA DE LOCAL, VIA INTERNET.

→ **DECRETO Nº 27.208**, DE 25/10/2006

DISPÕE SOBRE O PROJETO CORREDOR VERDE.

→ **DECRETO Nº 26.876**, DE 11/08/2006

DISPÕE SOBRE O PLANO DIRETOR NA FORMA QUE MENCIONA.

→ **DECRETO Nº 26.912**, DE 21/08/2006

REGULAMENTA O LICENCIAMENTO AMBIENTAL, A AVALIAÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS E CADASTRO AMBIENTAL MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

→ **DECRETO Nº 27.208**, DE 25/10/2006

DISPÕE SOBRE O PROJETO CORREDOR VERDE

→ **DECRETO Nº 28.329**, DE 17/08/2007

REGULAMENTA CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DESTINADOS AO LICENCIAMENTO AMBIENTAL, À AVALIAÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS E AO CADASTRO AMBIENTAL DE ATIVIDADES E EMPREENDIMENTOS QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

→ **DECRETO Nº 28.792**, DE 04/12/2007

DECLARA IMUNE AO CORTE O ESPÉCIME VEGETAL QUE MENCIONA

→ **DECRETO Nº 29.538**, DE 03/07/2008

RECONHECE O PARQUE DA CIDADE COMO UNIDADE DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA DO MUNICÍPIO, ESTABELECE SUA DENOMINAÇÃO, DELIMITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

→ **DECRETO Nº 30.181**, DE 02/12/2008

INSTITUI A REGULAMENTAÇÃO PARA O ACESSO, VISITAÇÃO E ATIVIDADES NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE PROTEÇÃO INTEGRAL SOB TUTELA DA SMAC

→ **DECRETO Nº 32.547**, DE 20/07/2010

REGULAMENTA AS ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA SERRA DA CAPOEIRA GRANDE E DO MORRO DO SILVÉRIO, NA XXVI RA - GUARATIBA, AP5.

→ **DECRETO Nº 32.835**, DE 29/09/2010

DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – SMAC

→ **DECRETO Nº 33.280**, DE 16/12/2010

RENOMEIA O PARQUE MUNICIPAL DA SERRA DA MISERICÓRDIA COMO PARQUE MUNICIPAL URBANO DA SERRA DA MISERICÓRDIA, ESTABELECE SEUS LIMITES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

→ **DECRETO Nº 33.646**, DE 11/04/2011

DISPÕE SOBRE AS INSTITUIÇÕES QUE DEVERÃO COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - CONSEMAC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

→ **DECRETO Nº 33.814**, DE 18/05/2011

DISPÕE SOBRE O PROGRAMA MUNICIPAL DE CONTROLE DE ESPÉCIES EXÓTICAS INVASORAS

→ **DECRETO Nº 34.290**, DE 15/08/2011

APROVA O PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO PARA OS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO (PMSB-AE)

→ **DECRETO Nº 34.319**, DE 19/08/2011

CRIA A ÁREA DE ESPECIAL INTERESSE AMBIENTAL DAS SERRAS DE INHOAÍBA, CANTAGALO E SANTA EUGÊNIA NA ÁREA DE PLANEJAMENTO 5.

→ **DECRETO Nº 34.443**, DE 20/09/2011

CRIA O PARQUE NATURAL MUNICIPAL DA BARRA DA TIJUCA.

→ **DECRETO Nº 35.803**, DE 21/06/2012

DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DO PARQUE MADUREIRA RIO+20.

→ **DECRETO Nº 35.953**, DE 19/07/2012

DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DO USO E GESTÃO DO PARQUE MADUREIRA RIO+20.

→ **DECRETO Nº 36.389**, DE 29/10/2012

DISPÕE SOBRE A SUBSTITUIÇÃO DE INSTITUIÇÃO NA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - CONSEMAC

→ **DECRETO Nº 36.926**, DE 21/03/2013

ALTERA A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – SMAC

→ **DECRETO Nº 36.972**, DE 08/04/2013

DISPÕE SOBRE AS INSTITUIÇÕES QUE DEVERÃO COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - CONSEMAC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

3) Outras normas municipais:

→ **RESOLUÇÃO SMAC Nº 111**, DE 11/07/2001

INSTITUI AS DIRETRIZES E RECOMENDAÇÕES DO PLANO DIRETOR PARA AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

→ **RESOLUÇÃO SMAC Nº 114**, DE 24/07/2001

DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS DE CERTIFICAÇÃO AMBIENTAL PARA OS PRODUTORES E EMPRESAS QUE EXERCEM A ATIVIDADE DE PRODUÇÃO DE PLANTAS ORNAMENTAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

→ **RESOLUÇÃO SMAC Nº 154**, DE 17/10/2001

DISPÕE SOBRE AS ESPÉCIES DA FLORA NATIVA DA MATA

ATLÂNTICA PRIORITÁRIAS PARA CERTIFICAÇÃO

→ **RESOLUÇÃO SMAC Nº 307**, DE 15/04/2003

DETERMINA A FORMA DE GESTÃO DOS PARQUES NATURAIS MUNICIPAIS - UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E DE GESTÃO DE ÁREAS VERDES, PRAÇAS E PARQUES E DIVULGA MANUAL DE GESTÃO AMBIENTAL PARA AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO.

→ **RESOLUÇÃO SMAC Nº 434**, DE 20/09/2007

CONCEDE O TÍTULO DE CONJUNTO EXTRAORDINÁRIO DE ÁRVORES DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO AOS ESPÉCIMES QUE MENCIONA.

→ **RESOLUÇÃO CONJUNTA SMAC/SMU Nº 15**, DE 17/05/2011

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE GRUPO DE TRABALHO PARA A CRIAÇÃO DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO NAS SERRAS DE INHOAÍBA E CANTAGALO E ELABORAÇÃO DO SEU PLANO DE MANEJO.

→ **RESOLUÇÃO SMAC Nº 492**, DE 05/07/2011

REGULAMENTA O PROGRAMA MUNICIPAL DE CONTROLE DE ESPÉCIES EXÓTICAS INVASORAS VEGETAIS.

→ **RESOLUÇÃO SMAC Nº 497**, DE 06/09/2011

DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS A SEREM ADOTADOS NOS CASOS DE AUTORIZAÇÃO PARA REMOÇÃO DE VEGETAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

→ **RESOLUÇÃO SMAC Nº 511**, DE 07/05/2012

ALTERA A RESOLUÇÃO SMAC 497 DE 06 DE SETEMBRO DE 2011 NA FORMA QUE MENCIONA.

→ **RESOLUÇÃO SMAC Nº 126-P**, DE 10/08/2012

CRIA O GRUPO DE TRABALHO COM O FIM QUE MENCIONA (PLANO MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA MATA ATLÂNTICA)

→ **RESOLUÇÃO SMAC Nº 520**, DE 17/09/2012

ESTABELECE MODELOS PARA REQUERIMENTO E EMISSÃO DE LICENÇAS AMBIENTAIS MUNICIPAIS E AUTORIZAÇÃO PARA REMOÇÃO DE VEGETAÇÃO

→ **RESOLUÇÃO CONSEMAC Nº 09**, DE 20/10/2003

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE POLÍTICAS AMBIENTAIS

→ **DELIBERAÇÃO CONSEMAC Nº 75-I**, DE 18/06/2010

DISPÕE SOBRE O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO.



PLANO MUNICIPAL
DE CONSERVAÇÃO E
RECUPERAÇÃO DA

**Mata
Atlântica**
DO RIO DE JANEIRO

ANEXO 2

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E DEMAIS ÁREAS PROTEGIDAS

Angela Meurer

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO SOB TUTELA MUNICIPAL

LISTA	NOME	CATEGORIA	ÁREA_HA	PERIM_M	ORGÃO	ORGÃO 2	UC_STATUS	ATO LEGAL	CRIAÇÃO
1	APA da Fazenda da Taquara	APA	8,46	1235,82	SMAC		Uso sustentável	DM 21528	07/06/2002
2	APA da Fazendinha da Penha	APA	13,24	1832,43	SMAC		Uso sustentável	DM 4886	14/12/1984
3	APA da Orla da Baía de Sepetiba	APA	9802,62	116430,60	SMAC		Uso sustentável	LM 1208	28/03/1988
4	APA da Orla Marítima	APA	215,49	51931,21	SMAC		Uso sustentável	LM 1272	06/07/1988
5	APA da Paisagem e Areal do Pontal	APA	22,95	3544,53	SMAC		Uso sustentável	DM 18849	03/08/2000
6	APA da Pedra Branca	APA	5338,51	137573,49	SMAC		Uso sustentável	LM 1206	28/03/1988
7	APA da Praia	APA	157,08	7270,04	SMAC		Uso sustentável	LM 1534	11/01/1990
8	APA da Serra da Capoeira Grande	APA	475,29	12371,61	SMAC		Uso sustentável	LM 2835	30/06/1999
9	APA da Serra dos Pretos Forros	APA	2705,89	25314,68	SMAC		Uso sustentável	DM 19145	14/11/2000
10	APA das Brisas	APA	102,81	4465,91	SMAC		Uso sustentável	LM 1918	05/10/1992
11	APA das Pontas de Copacabana e Arpoador e seus Entornos	APA	24,79	2885,59	SMAC	SMC e exército	Uso sustentável	LM 2087	04/01/1994
12	APA das Tabebuias	APA	61,75	3700,62	SMAC		Uso sustentável	DM 18199	08/12/1999
13	APA de Grumari	APA	1000,02	25562,49	SMAC		Uso sustentável	LM 944	30/12/1986
14	APA de Sacopã	APA	94,75	6759,47	SMAC		Uso sustentável	LM 1769	28/10/1986
15	APA de Santa Teresa	APA	515,72	-	SMAC		Uso sustentável	LM 495	09/01/1984
16	APA de São José	APA	108,89	9503,17	SMAC	SMC	Uso sustentável	LM 1769	01/10/1991
17	APA do Bairro da Freguesia	APA	360,51	9494,85	SMAC		Uso sustentável	DM 11830	11/12/1992
18	APA do Morro da Saudade	APA	55,01	4433,97	SMAC		Uso sustentável	LM 1912	28/09/1992

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO SOB TUTELA MUNICIPAL (CONTINUAÇÃO)

LISTA	NOME	CATEGORIA	ÁREA_HA	PERIM_M	ORGÃO	ORGÃO 2	UC_STATUS	ATO LEGAL	CRIAÇÃO
19	APA do Morro da Viva	APA	16,53	1685,43	SMAC		Uso sustentável	LM 2611	12/12/1997
20	APA do Morro do Cachambi	APA	142,40	-	SMAC		Uso sustentável	LM 4659	02/10/2007
21	APA do Morro do Silvério	APA	148,47	5173,41	SMAC		Uso sustentável	LM 2836	07/07/1999
22	APA do Morro do Valqueire	APA	166,08	6798,34	SMAC		Uso sustentável	LM 3313	04/12/2001
23	APA do Morro dos Cabritos	APA	128,06	6728,69	SMAC		Uso sustentável	LM 1912	28/09/1992
24	APA do Parque Municipal Ecológico de Marapendi	APA	916,54	33913,97	SMAC		Uso sustentável	DM 10368	15/08/1991
25	APA do Várzea Country Club	APA	7,75	-	SMAC		Uso sustentável	DM 9952	07/01/1991
26	APA dos Morros da Babilônia e São João	APA	122,72	8868,54	SMAC		Uso sustentável	DM 14874	05/06/1996
27	APA dos Morros do Leme e Urubu	APA	122,20	5390,58	SMAC		Uso sustentável	DM 9779	11/12/1990
28	APA Paisagem Carioca	APA	204	-	SMAC		Uso sustentável	DM 37486	05/08/2013
29	APARU da Serra da Misericórdia	APARU	3598	-	SMAC		Uso sustentável	DM 19144	14/11/2000
30	APARU do Alto da Boa Vista	APARU	3210	-	SMAC		Uso sustentável	DM 11301	21/08/1992
31	APARU do Complexo Cotunduba-São João	APARU	384	-	SMAC		Uso sustentável	LM 5019	06/05/2009
32	APARU do Jequiá	APARU	142,5	-	SMAC		Uso sustentável	DM 12250	31/08/1993
33	ARIE de São Conrado	ARIE	83	-	SMAC		Uso sustentável	LM 3693	04/12/2003
34	Monumento Natural dos Morros do Pão de Açúcar e da Urca	Monumento Natural	91,48	5338,62	SMAC		Proteção integral	DM 26578	01/06/2006
35	Parque Estadual da Chacrinha	Parque	3,71	872	INEA	SMAC	Proteção Integral	DE 2853	22/05/1969
36	Parque Estadual do Grajaú	Parque	54,73	5990,4	INEA	SMAC	Proteção Integral	DE 1921	22/06/1978

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO SOB TUTELA MUNICIPAL (CONTINUAÇÃO)

LISTA	NOME	CATEGORIA	ÁREA_HA	PERIM_M	ORGÃO	ORGÃO 2	UC_STATUS	ATO LEGAL	CRIAÇÃO
37	Parque Natural Municipal Bosque da Barra	Parque	53,16	2909,05	SMAC		Proteção integral	DM 4105	03/06/1983
38	Parque Natural Municipal Chico Mendes	Parque	41,66	2418,46	SMAC		Proteção integral	DM 8452	08/05/1989
39	Parque Natural Municipal da Barra da Tijuca	Parque	163,7		SMAC		Proteção Integral	DM 34443	20/10/2011
40	Parque Natural Municipal da Catacumba	Parque	29,34	2207,35	SMAC		Proteção integral	DM 1967	19/01/1979
41	Parque Natural Municipal da Cidade	Parque	46,78	2829,61	SMAC		Proteção integral		
42	Parque Natural Municipal da Freguesia (Bosque da Freguesia)	Parque	29,88	2780,33	SMAC		Proteção integral	DM 11830	11/12/1992
43	Parque Natural Municipal da Prainha	Parque	146,04	5953,63	SMAC		Proteção integral	DM 17445	25/03/1999
44	Parque Natural Municipal da Serra da Capoeira Grande	Parque	20,99	2782,71	SMAC		Proteção integral	DM 21208	01/04/2002
45	Parque Natural Municipal Darke de Mattos	Parque	7,05	1225,32	SMAC		Proteção integral	DM 394	18/05/1976
46	Parque Natural Municipal de Grumari	Parque	793,79	17319,51	SMAC		Proteção integral	DM 20149	02/07/2001
47	Parque Natural Municipal de Marapendi	Parque	158,84	36092,99	SMAC		Proteção integral	LM 61	03/04/1978
48	Parque Natural Municipal do Jardim do Carmo	Parque	2,55	-	SMAC		Proteção Integral	DM 20723	22/11/2001
49	Parque Natural Municipal do Mendanha	Parque	1052,34	14395,21	SMAC		Proteção integral	LM 1958	05/04/1993
50	Parque Natural Municipal do Penhasco Dois Irmãos	Parque	39,55	5697,78	SMAC		Proteção integral	DM 11850	21/12/1992
51	Parque Natural Municipal Fonte da Saudade	Parque	1,96	961,04	SMAC		Proteção integral	DM 19143	14/11/2000
52	Parque Natural Municipal Jose Guilherme Merquior	Parque	6,39	2726,30	SMAC		Proteção integral	DM 19143	14/11/2000
53	Parque Natural Municipal Paisagem Carioca	Parque	159,82	-	SMAC		Proteção Integral	DM 37231	05/06/2013
54	Reserva Biológica do Camorim	Reserva Biológica	-	-	SMAC		Proteção integral	LM 1540	15/01/1990
55	Reserva Biológica do Pau da Fome	Reserva Biológica	-	-	SMAC		Proteção Integral	LM 1540	15/01/1990



DEMAIS ÁREAS PROTEGIDAS SOB TUTELA MUNICIPAL

LISTA	NOME	CATEGORIA	ÁREA_HA	PERIM_M	ORGÃO	UC_STATUS	ATO LEGAL	CRIAÇÃO
56	Ilha do Pinheiro	outra	21,4	1758,2	SMAC	-	LM 1772	01/10/1991
57	Ilha da Coroa	outra	2,02	728,4	SMAC	-	LM 68	08/11/1978
58	Entorno da APARU do Jequiá	outra	-	-	SMAC	-	DM 12250	31/08/1993
59	Espelho d'água da Enseada de Botafogo	Tombamento	173,45	8076,3	SMC	-	DM 7444	01/03/1988
60	Morro do Ipiranga, Praia do Recôncavo e do Cardo	Tombamento	1,64	661,3	SMC	-	DM 18998	05/10/2000
61	Pedra da Babilônia	Tombamento	3,61	882,8	SMC	-	DM 12864	29/04/1994

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO SOB TUTELA ESTADUAL

LISTA	NOME	CATEGORIA	ÁREA_HA	PERIM_M	ORGÃO	UC_STATUS	ATO LEGAL	CRIAÇÃO
1	APA de Gericinó/Mendanha	APA	3098,00	48062,07	INEA	uso sustentável	DE 38183	05/09/2005
2	APA de Sepetiba II	APA	171,61	6151,28	INEA	uso sustentável	DE 36812	28/12/2004
3	Parque Estadual da Pedra Branca	Parque	12871,80	258914,61	INEA	proteção integral	LE 2377	28/06/1974
4	Parque Estadual do Mendanha	Parque	4398,1	54014	INEA	Proteção Integral	DM 44342	22/08/2013
5	Reserva Biológica de Guaratiba	Reserva Biológica	3360,20	61010,48	INEA	proteção integral	DE 7549	20/11/1974

DEMAIS ÁREAS PROTEGIDAS SOB TUTELA ESTADUAL

LISTA	NOME	CATEGORIA	ÁREA_HA	PERIM_M	ORGÃO	UC_STATUS	ATO LEGAL	CRIAÇÃO
6	Morro do Amorim	Tombamento	41,26	2802,33	inepac	-	proc. e-03/01924/80	28/01/1983
7	Morro do Cantagalo	Tombamento	34,43	3254,66	inepac	-	proc. e-03/01924/80	28/01/1983
8	Morro do Portelo	Tombamento	23,04	2103,45	inepac	-	proc. e-03/01924/80	28/01/1983
9	Morro do Rangel	Tombamento	46,27	2703,72	inepac	-	de 7840	13/03/1975
10	Morro do Urubu	Tombamento	19,71	2060,21	inepac	-	proc. e-03/300257/72	01/01/1972
11	Morro Dois Irmãos (Maciço da Pedra Branca)	Tombamento	41,84	3372,46	inepac	-	proc. e-03/01924/80	05/04/1990
12	Pedra da Baleia	Tombamento	6,82	1178,45	inepac	-	proc. e-03/01924/80	28/01/1983
13	Pedra da Panela	Tombamento	25,38	1931,14	inepac	-	de 2715	04/03/1969
14	Pedra de Itapuã	Tombamento	0,37	288,59	inepac	-	proc. e-03/300253/68	17/10/1968
15	Pedra de Itaúna	Tombamento	12,51	1967,88	inepac	-	proc. e-03/300258/72	13/03/1975
16	Pontal de Sernambetiba	Tombamento	14,63	1698,41	inepac	-	proc. e-03/01924/80	28/01/1983



UNIDADES DE CONSERVAÇÃO SOB TUTELA FEDERAL

LISTA	NOME	CATEGORIA	ÁREA_HA	PERIM_M	ORÇÃO	UC_STATUS	ATO LEGAL	CRIAÇÃO
1	Parque Nacional da Tijuca	parque	3972,61	85477,60	icmbio	proteção integral	df 50923	06/07/1961
2	Monumento Natural do Arquipélago das Ilhas Cagarras	monumento natural	97,93	10821,33	icmbio	proteção integral	If 12229	13/04/2010

DEMAIS ÁREAS PROTEGIDAS SOB TUTELA FEDERAL

LISTA	NOME	CATEGORIA	ÁREA_HA	PERIM_M	ORÇÃO	UC_STATUS	ATO LEGAL	CRIAÇÃO
3	Jardim Botânico	jardim botânico	134,77	7664,83	ipjb-rj	-		
4	Parque Henrique Laje	tombamento	51,09	2857,36	icmbio	proteção integral		
5	Pedra da Gávea	outras	29,75	2502,27	icmbio	-	dm 1494	05/04/1978



PLANO MUNICIPAL
DE CONSERVAÇÃO E
RECUPERAÇÃO DA

**Mata
Atlântica**
DO RIO DE JANEIRO

ANEXO 3



ÁRVORES PROTEGIDAS E IMUNES AO CORTE

Angela Meurer

ÁRVORES PROTEGIDAS E IMUNES AO CORTE

LEGISLAÇÃO	LOCAL	D.O. RIO
Tomb. Estadual DECRETO "E" 1.902/67	Árvores Notáveis em Paquetá	Obs: Ver Port.SMO/ COR 004/05
DECRETO "E" 2.433 24/10/68	Tomba Figueira Gigante Rua Mariz e Barros	
DECRETO 2.783 23/09/80	Tomba Figueira Rua Faro, 51	24/09/80
LEI 886 24/07/86	Tomba Casuarina Rua Campo Belo, 148 - Laranjeiras	29/08/86
DECRETO 6.441 16/01/87 Tomb. Mun. 2.783 23/09/80	Tomba Jequitibá Rua Marquês de São Vicente, 389	
LEI 1.661 18/01/91	Tomba palmeiras imperiais Av. Santa Cruz (sede da Fábrica de Bangu)	23/01/91
LEI 1.689 26/03/91	Tomba 1 oiti, 2 amendoeiras e 2 algodoeiros Rua Ministro Viveiros de Castro, 110	
LEI 2.280 29/12/94	Tomba palmeira tipo babaçu Rua da Silva Cardoso, 1203 - Bangu	03/01/95
DECRETO 12.625 10/01/94	Tomba "Pau Ferro" Rua Marquês de Olinda, 64 – Botafogo	11/01/94
DECRETO 13.898 16/05/95	Tomba "Conjunto de Amendoeiras" Praça Paris e Deodoro	17/05/95
LEI 2.719 14/12/98	Tomba Palmeiras Imperiais Praia do Flamengo e Rua Paissandu	
LEI 2.832 30/06/99	Tomba árvores e monumento Praça Afonso Pena / Tijuca	05/07/99
LEI 2.877 04/10/99	Tomba tamarineiras R.Chita / Bangu	06/10/99
LEI 3.085 02/08/00	Tomba árvores R. Hadock Lobo, 220 – Tijuca	03/08/00
LEI 3.622 22/08/03	Tomba complexo arbóreo Estr. do Pontal, 5900 - Recreio	01/09/03
LEI 4.077 24/05/05	Tomba complexo arbóreo Bosque da Freguesia - Jacarepaguá	06/06/05
LEI 4.310 19/04/06	Tomba complexo arbóreo Estr. dos Três Rios, 1721 - Freguesia	27/04/06

ÁRVORES PROTEGIDAS E IMUNES AO CORTE (CONTINUAÇÃO)

LEGISLAÇÃO	LOCAL	D.O. RIO
DECRETO 18.998 05/10/00	Tomba bem natural em Sepetiba	06/10/00
DECRETO 20.535 18/09/01	Vegetação imune ao corte Rua Itiquira - Leblon (14/003.042/01)	19/09/01
DECRETO 20.834 05/12/01	IMUNE AO CORTE - jequitibá Com. Floresta da Barra – Itanhangá (14/003.688/01)	06/12/01
DECRETO 20.835 05/12/01	IMUNE AO CORTE - jequitibá Com. Tijuacu – Alto da Boa Vista (14/000.541/01)	06/12/01
DECRETO 21.674 03/07/02	Vegetação imune ao corte – Sapucaia Estr.Rio Grande - Taquara (14/000.629/02)	04/07/02
DECRETO 22.656 18/02/03	Vegetação imune ao corte – amendoeira Flamengo (14/005.108/02)	19/02/03
LEI 3.622 22/08/03	Tomba complexo arbóreo do Pontal	01/09/03
LEI 4.077 24/05/05	Tomba árvores no Bosque da Freguesia	06/06/05
LEI 4.101 15/06/05	Tomba o complexo arbóreo à Rua Arquiteto Milton Roberto e Rua "B" no PA6991 e PAL 21174 - Itanhangá	23/06/05
DECRETO 25.693 23/08/05	Declara imune ao corte árvores do Largo do Machado e Figueira na R. Pedro Américo 406 - APAC Catete	24/08/05
RESOL. SMAC 399 21/09/05	ÁRVORES R. Visc.Albuquerque/Leblon Conj. Extraordinário	21/09/05
RESOL. SMAC 426 21/09/06	ÁRVORES – Conj. Extraordinário (Palmeiras/Penha-14/302.9808/06; Tamarineiras/Grajaú- 14/302.944/06; Casuarinas/Heitor Beltrão-14/302.943/06; Assacu/Copacabana- 14/302.743/06)	22/09/06
DECRETO 27.379 29/11/06	IMUNE AO CORTE – Palmeiras Imperiais R. Patagônia e Quito, Penha	30/11/06
DECRETO 27.380 29/11/06	IMUNE AO CORTE – Tamarineiras R. Júlio Furtado e Eng. Richard, Grajaú	30/11/06
DECRETO 27.381 29/11/06	IMUNE AO CORTE – Assacu R. Pompeu Loureiro, Copacabana	30/11/06
DECRETO 27.382 29/11/06	IMUNE AO CORTE – Casuarinas R. Heitor Beltrão, Tijuca	30/11/06

ÁRVORES PROTEGIDAS E IMUNES AO CORTE (CONTINUAÇÃO)

LEGISLAÇÃO	LOCAL	D.O. RIO
	ÁRVORES – Conj. Extraordinário	
RES. SMAC 434 20/09/07	(Pau-Brasil/ Itanhangá-14/302.790/07; Baobá/Av. Brasil Parada de Lucas- 14/302.789/07; Jequitibá/ Alto da Boa Vista -14/302.894/07; Figueiras/Santa Cruz- 14/302.917/07); Paineira /I. Governador – 14/302.791/07). 14/303.033/07	21/09/07
DECRETO 28.788 04/12/07	IMUNE AO CORTE – Pau Brasil Itanhangá 14/302.790/07	05/12/07
DECRETO 28.789 04/12/07	IMUNE AO CORTE – Baobá Trevo Missões – Av. Brasil 14/302.789/07	05/12/07
DECRETO 28.790 04/12/07	IMUNE AO CORTE – Jequitibá Alto da Boa Vista 14/302.894/07	05/12/07
DECRETO 28.791 04/12/07	IMUNE AO CORTE – Ficus religiosa Santa Cruz 14/302.917/07	05/12/07
DECRETO 28.792 04/12/07	IMUNE AO CORTE Paineira – Ilha do Governador 14/302.791/07	05/12/07
DECRETO 29.069 12/03/07	IMUNE AO CORTE – Sumaúma R.Retiro dos Artistas, 983 – Pechincha 14/002.521/05	13/03/08
DECRETO 29.070 12/03/07	IMUNE AO CORTE – 10 Palmeiras Imperiais e 1 Tamarineira R.Pereira Nunes, 135 e 197 – Laranjeiras 14/003.172/03	13/03/08
DECRETO 29.070 12/03/07	IMUNE AO CORTE – Ficus microcarpa R.Alm. Milanez, em frente ao nº 36 – Magalhães Bastos 14/002.266/05	13/03/08
DECRETO 29.216 17/04/08	IMUNE AO CORTE – Ficus microcarpa Pq. Gen. Leandro – Urca 14/304.149/07	18/04/08
DECRETO 29.217 17/04/08	IMUNE AO CORTE – Flamboyant Av. Epitácio Pessoa, e/f ao nº 2.214 – Lagoa 14/300.280/08	18/04/08
DECRETO 30.631 27/04/09	IMUNE AO CORTE – Pau-ferro Rua Gen. Bruce, 586 – Observatório – S. Cristóvão – 14/301.209/08	28/04/09
DECRETO 30.632 27/04/09 e DECRETO 30.877 08/07/09	IMUNE AO CORTE – Amendoeira Rua Alm. Alexandrino, e/f 2.305 – S.Teresa – 14/301.896/08	28/04/09
DECRETO 30.963 04/08/09	TOMBAMENTO Obras paisagísticas de Burle Marx	05/08/09
DECRETO 33.205 08/12/10	IMUNE AO CORTE – Pau Brasil Rua Uruguai, 514 – Tijuca – 14/300.104/09	09/12/10



PLANO MUNICIPAL
DE CONSERVAÇÃO E
RECUPERAÇÃO DA

**Mata
Atlântica**
DO RIO DE JANEIRO

ANEXO 4

ESPÉCIES PRODUZIDAS NOS VIVEIROS DA PREFEITURA UTILIZADAS PARA REFLORESTAMENTOS



Angela Weurer

ESPÉCIES PRODUZIDAS NOS VIVEIROS DA PREFEITURA UTILIZADAS PARA REFLORESTAMENTOS
DE MATA DE ENCOSTAS E DEMAIS FITOFISIONOMIAS (RESTINGAS, MATAS DE BAIXADAS)

Nome Popular	Nome Científico
ACÁCIA ANGUSTISSIMA	<i>Acacia angustissima</i>
ACÁCIA AURICULIFORMIS	<i>Acacia auriculiformis</i>
ACÁCIA HOLOCERÍSEA	<i>Acacia holocerísea</i>
ACÁCIA MANGIUM	<i>Acacia mangium</i>
TENTO CAROLINA	<i>Adenanthera pavonina</i>
TAMANQUEIRA	<i>Aegiphila sellowiana</i>
ALBIZIA BRANCA	<i>Albizia polycephala</i>
SAMAN	<i>Albizia saman</i>
TAPIA	<i>Alchornea iricurana</i>
ALCHORNEA	<i>Alchornea tripilinervea</i>
ALLOPHYLUS	<i>Allophylus puberilus</i>
CAJU	<i>Anacardium occidentale l.</i>
ANGICO BRANCO	<i>Anadenanthera colubrina</i>
ANGICO DO CERRADO	<i>Anadenanthera falcata</i>
ANGICO VERMELHO	<i>Anadenanthera macrocarpa</i>
ANGELIN PEDRA	<i>Andira anthelmia</i>
ANGELIM DOCE	<i>Andira fraxinifolia benth.</i>
ANDIRA LEGALIS	<i>Andira legalis</i>
ARATICUM-CAGÃO	<i>Annona cacans warm.</i>
ARATICUM DO BREJO	<i>Annona glabra</i>
GRAVIOLA	<i>Annona muricata</i>
FRUTA DO CONDE	<i>Annona spp</i>
GARAPA	<i>Apuleia leiocarpa</i>
ADERNO	<i>Astronium graveolens</i>
TUCUM	<i>Bactris setosa</i>
PATA DE VACA	<i>Bauhinia forficata</i>
CASTANHA DO MARANHÃO	<i>Bombacopsis glabra</i>
MURICI	<i>Byrsonima sericea</i>
PAU BRASIL	<i>Caesalpinia echinata</i>
PAU MULATO	<i>Calycophyllum spruceanum</i>
GUAMIRIM DA RESTINGA	<i>Calypttranthes brasiliensis</i>
GUABIROBA	<i>Campomanesia guaviroba</i>
ANDIROBA	<i>Carapa guianensis</i>
EMBIREMA	<i>Cariliana spp</i>
JEQUITIBÁ BRANCO	<i>Cariniana estrellensis</i>
JEQUITIBÁ-AÇU	<i>Cariniana ianeirensis</i>
JEQUITIBÁ	<i>Cariniana legalis</i>

Nome Popular	Nome Científico
CANAFISTULA	<i>Cassia ferruginea</i>
CASSIA ROSA	<i>Cassia grandis</i>
EMBAÚBA	<i>Cecropia glaziovii</i>
EMBAÚVA-BRANCA	<i>Cecropia hololeuca</i>
CEDRO ROSA	<i>Cedrella fissilis</i>
CEDRO BRANCO	<i>Cedrella odorata</i>
PAINERA DE PEDRA	<i>Ceiba erianthus</i>
PAINEIRA	<i>Ceiba speciosa</i>
ARARIBÁ ROSA	<i>Centrolobium robustum</i>
ARARIBÁ AMARELO	<i>Centrolobium tomentosum</i>
JUREMA	<i>Chloroleucon tortum</i>
PAINEIRA LISA	<i>Chorisia insignis</i>
GUATAMBU	<i>Chrysophyllum gonocarpum</i>
CANELA DE RESTINGA	<i>Cinnamomum glaziovii</i>
CLUSIA	<i>Clusia fluminensis</i>
COCOLOBA DA RESTINGA	<i>Coccoloba arborescens</i>
SOBRASIL	<i>Colubrina glandulosa perkins</i>
OLEO DE COPAIBA	<i>Copaifera langsdorffii desf.</i>
CORDIA MYXA	<i>Cordia mixa</i>
BABOSA BRANCA	<i>Cordia superba cham.</i>
LOURO DA SERRA	<i>Cordia trichotoma</i>
IMBIREMA	<i>Couratari pyramidata</i>
CAIXETA	<i>Croton piptocalyx</i>
CAPIXINGUI MIÚDO	<i>Croton spp</i>
CAPIXINGUI	<i>Croton urucurana baill.</i>
CANELA FOGO	<i>Cryptocarya aschersoniana mez</i>
CAMBOATÁ DA RESTINGA	<i>Cupania emarginata</i>
CAMBOATÁ	<i>Cupania oblongifolia</i>
CAMBOATÁ MIÚDO	<i>Cupania racemosa</i>
IPÊ VERDE	<i>Cybstax antisiphilitica</i>
TARUMÃ	<i>Cytharexylum myrianthum</i>
JACARANDA DA BAHIA	<i>Dalbergia nigra</i>
TINGUI	<i>Dictyoloma vandellianum</i>
ORELHA DE NEGRO	<i>Enterolobium contortisiliquum</i>
NESPERA	<i>Eriobotrya japonica</i>

ESPÉCIES PRODUZIDAS NOS VIVEIROS DA PREFEITURA UTILIZADAS PARA REFORESTAMENTOS
DE MATA DE ENCOSTAS E DE MAIS FITOFISIONOMIAS (RESTINGAS, MATAS DE BAIXADAS) (CONTINUAÇÃO)

Nome Popular	Nome Científico
EMBIRU	<i>Eryoteca gracilipes</i>
SUINÃ	<i>Erythrina speciosa</i>
MULUNGU	<i>Erythrina velutina</i>
MULUNGU DA PRAIA	<i>Erythrina speciosa</i>
ERYTROXYLUM OVALIFOLIUM	<i>Erytroxylum ovalifolium</i>
ARCO DE PIPA	<i>Erytroxylum pulcrum</i>
GRUMIXAMA	<i>Eugenia brasiliensis</i>
EUGENIA CUMINIATÍSSIMA	<i>Eugenia cuminiatissima</i>
CABELUDINHA	<i>Eugenia sp</i>
PITANGA	<i>Eugenia uniflora</i>
PALMITO JUÇARA	<i>Euterpe edulis</i>
AÇAI	<i>Euterpe oleraceae</i>
FIGUEIRA	<i>Ficus clusifolia</i>
FIGUEIRA PRETA	<i>Ficus enormis</i>
FIGUEIRA BRANCA	<i>Ficus glabra</i>
PAU D'ALHO	<i>Gallesia integrifolia</i>
GARCINIA	<i>Garcinia sp</i>
GENIPAPO	<i>Genipa americana</i>
GENIPA INFUNDIBULIFORMIS	<i>Genipa infundibuliformis</i>
CAMBARÃ	<i>Gochnatia polymorpha</i>
GUAPIRA	<i>Guapira sp</i>
CARRAPETA	<i>Guarea guidonia</i>
MUTAMBO	<i>Guazuma ulmifolia</i>
CANELA DE RESTINGA II	<i>Heteropterys coleoptera</i>
HUMIRA BALSAMIFERA	<i>Humira balsamifera</i>
JATOBA	<i>Hymenaea courbaril</i>
CAÚNA LISA	<i>Ilex amara</i>
INGA CIPÓ	<i>Inga edulis</i>
INGA BRANCO	<i>Inga laurina</i>
INGÁ MARITIMA	<i>Inga maritima</i>
INGÁ SELLOWIANA	<i>Inga sellowiana</i>
INGA 4 QUINAS	<i>Inga vera</i>
MAMÃO DO MATO	<i>Jacaratia spinosa</i>
ANDÁ-AÇU	<i>Joannesia princeps</i>
DEDALEIRA	<i>Lafoensia densiflora</i>
MIRINDIBA	<i>Lafoensia glyptocarpa</i>
GUAPERÊ	<i>Lamanonia ternata</i>

Nome Popular	Nome Científico
SAPUCAIA	<i>Lecythis pisonis</i>
PAU FERRO	<i>Libidibia ferrea</i>
OITI	<i>Licania tomentosa</i>
INGA BRAVO	<i>Lonchocarpus guilleminianus</i>
EMBIRA DE SAPO	<i>Lonchocarpus muehlbergianus</i>
AÇOITA CAVALO MIUDO	<i>Luehea divaricata</i>
AÇOITA CAVALO	<i>Luehea grandiflora</i>
JACARANDÁ -BICO-DE PATO	<i>Machaerium aculeatum</i>
SAPUVA	<i>Machaerium brasiliensis</i>
BORRACHUDO	<i>Machaerium hirtum</i>
BICO DE PATO	<i>Machaerium nyctitans</i>
GUAXIMBA	<i>Machaerium nyctitans</i>
CATERETÊ	<i>Machaerium paraguayensis</i>
JACARANDÁ FERRO	<i>Machaerium scleroxylon</i>
ACEROLA	<i>Malpighia puniceifolia</i>
CARNE-DE-ANTA	<i>Maytenus obtusifolia</i>
JACATIRAO	<i>Miconia cinnamomifolia</i>
JACATIRÃO	<i>Miconia staminea</i>
ROSEIRA	<i>Mimosa artemisiana</i>
MARICA	<i>Mimosa bimucronata</i>
SABIA	<i>Mimosa caesalpiniiifolia</i>
ARRANHA-GATO	<i>Mimosa pellita</i>
ARRANHA GATO II	<i>Mimosa vellosianna</i>
AROEIRA PRETA	<i>Myracrodruon urundeuva</i>
MYRCIA MULTIFLORA	<i>Myrcia multiflora</i>
JABUTICABA	<i>Myrciaria cauliflora</i>
CAPOROROCA	<i>Myrsine coriacea</i>
MYRSINE COREÁCEA	<i>Myrsine coriacea</i>
CAPOROROCA DA RESTINGA	<i>Myrsine rubra</i>
MYRTACEA SP1	<i>Myrtaceae sp1</i>
CANELA IMBUÍ	<i>Nectandra megapotamica</i>
CANELA JACU	<i>Nectandra membranacea</i>
CANELA DA RESTINGA III	<i>Ocotea sp</i>
OLHO DE CABRA	<i>Ormosia arborea</i>
TAMBORIL	<i>Peltophorum dubium</i>
CEBOLÃO	<i>Phytolacca dioica</i>
PAU JACARÉ	<i>Piptadenia gonoacantha</i>

ESPÉCIES PRODUZIDAS NOS VIVEIROS DA PREFEITURA UTILIZADAS PARA REFORESTAMENTOS
DE MATA DE ENCOSTAS E DEMAIS FITOFISIONOMIAS (RESTINGAS, MATAS DE BAIXADAS) (CONTINUAÇÃO)

Nome Popular	Nome Científico
VINHÁTICO	<i>Plathymenia foliolosa</i>
JACARANDÁ-BRANCO	<i>Platypodium elegans</i>
GUAMIRIM	<i>Plinia cauliflora</i>
CAMBUCÁ	<i>Plinia edulis</i>
SIBIPIRUNA	<i>Poincianella pluviosa</i>
ABIU DA RESTINGA	<i>Pouteria caimito</i>
ABIU AMARELO	<i>Pouteria caimito</i>
ABIU	<i>Pouteria torta</i>
ABIU ROXO	<i>Pouteria torta</i>
EMBIRUÇU	<i>Pseudobombax grandiflorum</i>
ANGICO FOICE	<i>Pseudopiptadenia contorta</i>
ARAÇÁ	<i>Psidium araca</i>
ARAÇA DA PRAIA	<i>Psidium cattleianum</i>
GOIABA	<i>Psidium guajava</i>
PAU SANGUE	<i>Pterocarpus violaceus</i>
AMENDOIM BRAVO	<i>Pterogyne nitens</i>
PAU REI	<i>Pterygota brasiliensis</i>
BACUPARI	<i>Rheedia gardneriana</i>
PAU DE LEITE	<i>Sapium glandulatum</i>
AROEIRA	<i>Schinus terebinthifolius</i>
GUAPURUVU	<i>Schizolobium parahyba</i>
ANGÁ	<i>Sclerolobium denudatum</i>
AGULHEIRO	<i>Seguiera langsdorffii</i>
MONJOLEIRO	<i>Senegalia polyphylla</i>
FEDEGOSO DA RESTINGA	<i>Senna australis</i>
CANUDO DE PITO	<i>Senna bicapsularis</i>
FEDEGOSO	<i>Senna macranthera</i>
ALELUIA	<i>Senna multijuga</i>
CANUDO DE PITO	<i>Senna pendula</i>
CASSIA DO NORDESTE	<i>Senna spectabilis</i>
SUDEROXYLUM RESTINGA	<i>Sideroxylon obtusifolium</i>
QUIXABEIRA	<i>Sideroxylon obtusifolium</i>
FRUTA DO LOBO	<i>Solanum lycocarpum</i>

Nome Popular	Nome Científico
PELOTEIRA	<i>Solanum pseudoquina</i>
IPÊ CINCO FOLHAS	<i>Sparattosperma leucanthum</i>
CAJA MANGA	<i>Spondias cytherea</i>
CAJARINA	<i>Spondias lutea</i>
CAJA MIRIM	<i>Spondias mombin</i>
CHICHÁ	<i>Sterculia chicha</i>
PACOVA DE MACACO MIÚDO	<i>Swartzia flaemingii</i>
PACOVA DE MACACO	<i>Swartzia langsdorffii</i>
CANJIQUEINHA	<i>Sweetia fruticosa</i>
MOGNO	<i>Swietenia macrophylla</i>
BABA-DE-BOI	<i>Syagrus romanzoffiana</i>
CAXETA	<i>Tabebuia cassinoides</i>
IPÊ DOURADO	<i>Tabebuia chrysotricha</i>
IPÊ ROXO	<i>Tabebuia heptaphylla</i>
IPÊ ROSA	<i>Tabebuia impetiginosa</i>
IPÊ BRANCO	<i>Tabebuia roseo-alba</i>
IPÊ AMARELO	<i>Tabebuia serratifolia</i>
LEITERA	<i>Tabernaemontana fuchsiaefolia</i>
ALGODÃO DA PRAIA	<i>Talipariti pernambucense</i>
PITOMBA	<i>Talisia esculenta</i>
TAMARINDO	<i>Tamarindus indica</i>
TAPIRA GUIANENSIS	<i>Tapira guianensis</i>
PAU POMBO	<i>Tapirira guianensis</i>
IPÊ DE JARDIM	<i>Tecoma sp</i>
BAJURUVUCA	<i>Ternstroemia brasiliensis</i>
QUARESMINHA	<i>Tibouchina estrellensis</i>
QUARESMEIRA	<i>Tibouchina granulosa</i>
ARAÇARANA	<i>Tocoyena bullata</i>
TREMA	<i>Trema micrantha</i>
CATINGUÁ	<i>Trichilia hirta</i>
PAU FORMIGA GR	<i>Triplaris brasiliana</i>
MAMICA DE PORCA	<i>Zanthoxylum rhoifolium lam.</i>